GUILHERME JARDIM DUARTE

**Independência *de jure* e *de facto* de Supremas
Cortes e Tribunais Constitucionais: Um Estudo
Comparado**

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo - SP

2017

GUILHERME JARDIM DUARTE

**Independência *de jure* e *de facto* de Supremas Cortes e
Tribunais Constitucionais: Um Estudo Comparado**

Tese apresentada à Banca Examinadora de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito do Estado, sob a orientação do Prof. Titular (aposentado) Manoel Gonçalves Ferreira Filho.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2017

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Duarte, Guilherme Jardim
Independência de jure e de facto de Supremas
Cortes e Tribunais Constitucionais: um estudo
comparado / Guilherme Jardim Duarte ; orientador
Manoel Gonçalves Ferreira Filho -- São Paulo, 2017.
181

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Direito do Estado) - Faculdade de Direito,
Universidade de São Paulo, 2017.

1. Independência Judicial. 2. Política Judicial.
3. Comportamento Judicial. 4. Supremo Tribunal
Federal. I. Ferreira Filho, Manoel Gonçalves, orient.
II. Título.

Guilherme Jardim Duarte

Independência *de jure* e *de facto* de Supremas Cortes e Tribunais Constitucionais: Um Estudo Comparado

Tese apresentada à Banca Examinadora de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito do Estado, sob a orientação do Prof. Titular (aposentado) Manoel Gonçalves Ferreira Filho.

Data de aprovação: _____

Manoel Gonçalves Ferreira Filho

Orientador

Professor

Convidado 1

Professor

Convidado 2

Professor

Convidado 3

Professor

Convidado 4

São Paulo - SP

2017

Aos meus pais, aos meus irmãos, à Luciana

AGRADECIMENTOS

Talvez esta parte seja a mais difícil de ser escrita de toda a tese. Em cinco anos, foram muitas as mudanças e muitas as pessoas que passaram pela minha vida e que contribuíram um pouco para esta tese. Neste período, eu aprendi muito. Aprendi como cientista. Minha tese é vinculada à faculdade de Direito, mas também estudei estatística, ciência política, economia, matemática e filosofia. Aprendi bastante de jornalismo, trabalhando no Jornal 'O Estado de S. Paulo'. Esta tese é a conclusão de toda esta jornada que percorri.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador Manoel Gonçalves Ferreira Filho pela liberdade acadêmica, pela inspiração e oportunidade de cursar o doutorado sob sua orientação. O contato e a proximidade de cinco anos foram fundamentais para que eu pudesse desenvolver esta tese.

A todos os amigos e mestres, com os quais aprendi e continuo a aprender, Pedro de Paula, Bruno Pinto, Natalia Pires, Radamés Marques, Samuel Godoy, Graziela Testa, Rogério Barbosa, Danilo Praxedes, Lorena Barberia, Glauco Peres, Vitor Oliveira, Karina Denari, Luís Gustavo Lazzarini, Fernando Caires, Pedro Donnini, Nikolay Bispo, Flavio Costa, Juliana Brescansin, Paulo Flores, e muitos outros que não mencionei, mas que foram importantes nesta trajetória.

Aos meus amigos do Grupo de Estudos de Judiciário e Política da FFLCH-USP, Rodrigo Martins, Thiago Moreira, Marcela Tullili, Rogério Arantes, Jeferson Mariano, Cassio Oliveira, Pedro Buck, Bianca Berti, Thiago Nascimento e Rebeca Lins. Sem a participação neste grupo, não tenho dúvidas de que minha tese seria menos informativa.

Ao Julio Trecenti, Rafael Stern, Athos Damiani, e a todos aqueles com quem estudei jurisprudência.

A Danilo Freire e Robert McDonnell, com os quais eu sempre discuti e aprendi metodologia, computação, estatística bayesiana. Com o apoio de vocês, meu último ano de doutorado foi bem proveitoso.

A Max Stabile, um amigo que me permitiu crescer, sobretudo profissionalmente.

A Donald Knuth, Hadley Wickham e Linus Torvalds, que me pouparam horas e horas de trabalho na tese e nas análises. Sem suas contribuições (TeX, tidyverse e git), tenho certeza de que este trabalho não teria saído a tempo.

Ao Thiago Silva e ao Umberto Mignozetti, amigos que me inspiram a prosseguir na carreira e buscar novas oportunidades.

A todos que já foram meus alunos ou monitorandos, eu aprendi muito com vocês.

Aos caros Rodrigo Burgarelli, Daniel Bramatti e José Roberto de Toledo, com quem

aprendi muito do da realidade e da política. A proximidade e o trabalho intelectual num jornal permitiram que eu aprofundasse muito da minha capacidade para entender o mundo. Muito obrigado por permitir que eu juntasse à equipe do "Estadão Dados", mesmo sem experiência nenhuma com jornalismo.

À Luciana, pela confiança, pelo amor, pela paciência, e por toda a ajuda, sem a qual, eu teria conseguido bem pouco. Sem você, neste momento, eu seria muito menor.

Ao meu irmão José Duarte Neto, por sempre ter me incentivado na vida acadêmica.

Aos meus pais, por toda a influência que exerceram e exercem em mim. Muito obrigado.

"The complete independence of the courts of justice is peculiarly essential in a limited Constitution. By a limited Constitution, I understand one which contains certain specified exceptions to the legislative authority."
(Alexander Hamilton, Federalist 78)

DUARTE, Guilherme Jardim. *Independência de jure e de facto de Supremas Cortes e Tribunais Constitucionais: um estudo comparado*. 181 folhas. Grau (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2 de janeiro de 2015.

RESUMO

A tese tem como objetivo analisar as relações causais entre independência judicial *de jure* e *de facto* de Supremas Cortes e Tribunais Constitucionais. Independência *de jure* consiste nas garantias oferecidas ao membros do Poder Judiciário para que possam desempenhar suas funções sem embaraços. Independência *de facto* corresponde ao comportamento do magistrado, ao decidir sem sofrer ameaças e represálias. Para tanto, desenvolvemos uma teoria explicativa que envolve tanto os fatores mencionados quanto fatores de ordem política, como participação popular, competição política, confiança pública e ativismo político. Para testar nossa teoria, consideramos quatro casos: o do Supremo Tribunal federal brasileiro após a Constituição de 1988, a Corte Suprema Argentina após a redemocratização, a Corte Constitucional colombiana, após a Carta de 1991, e o Tribunal Supremo venezuela após a Constituição de 1999. Após analisar os casos, concluímos que sobretudo o procedimento de seleção, a alteração do número de membros das Cortes e a dificuldade do procedimento de remoção são os fatores principais que permitem que o Poder Legislativo e o Poder Executivo possam intervir nas Cortes Supremas. Entretanto, isso só é possível quando há baixa confiança institucional nas Cortes.

Palavras-chaves: Independência Judicial. Política Judicial. Comportamento Judicial. Supremo Tribunal Federal.

DUARTE, Guilherme Jardim. *De jure and de facto independence of Supreme and Constitutional Courts: a comparative study*. 181 pages. Degree (PhD) – Law School, University of Sao Paulo, January 2nd, 2017.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the casual relations between *de jure* and *de facto* judicial independence of Supreme and Constitutional Courts. *De jure* independence regards the guarantees offered to members of the Judicial Power so that they are able to perform their duties with no restraints. *De facto* independence corresponds to the judicial behavior, i.e. one decides free from reprisal or threats. Therefore, we have developed an explanatory theory which involves not only the aforementioned factors but also those of a political agenda, such as public participation, political competition, public trust and political activism. In order to test our theory, we shall consider four cases: the one of the Brazilian Supreme Court after the Constitution of 1988, the Argentine Supreme Court after the redemocratization process, the Colombian Constitutional Court after the Letter of 1991, and the Venezuelan Supreme Court after the Constitution of 1999. We concluded that the selection process, the altering of the number of Court members, and the difficulty posed by termination procedures are the key factors which enable the Legislative and Executive Powers to intervene in Supreme Courts. Nevertheless, interventions are only likely when there are low levels of institutional trust in Courts.

Key-words: Judicial Independence. Judicial Politics. Judicial Behavior. Brazilian Supreme Court

DUARTE, Guilherme Jardim. *Indipendenza de jure e de facto delle Corti Supreme e Dei Tribunali Costituzionali*. 181 pagine. Dottorato di ricerca – Scuola di legge, Università di São Paulo, 2 gennaio 2017.

ASTRATTO

La tesi ha come obiettivo l'analisi delle relazioni casuali tra l'indipendenza giuridica de iure e de facto di Corti Supreme e Tribunali Costituzionali. L'indipendenza de iure consiste nelle garanzie offerte ai membri del Potere Giudiziario affinché possano adempiere le loro funzioni senza impedimenti. L'indipendenza de facto corrisponde al comportamento del magistrato, nel prendere decisioni senza soffrire minacce e rappresaglie. Con questo obiettivo, abbiamo sviluppato una teoria esplicativa che coinvolge tanto i fattori menzionati quanto fattori di ordine politico, come la partecipazione popolare, la competizione politica, la fiducia pubblica e l'attivismo politico. Per verificare la nostra teoria, abbiamo preso in considerazione quattro casi: quello del Tribunale Federale brasiliano dopo la costituzione del 1988, quello della Corte Suprema argentina dopo la re-democratizzazione, quello della Corte Costituzionale colombiana dopo la Carta del 1991, e quello del Tribunale Supremo venezuelano dopo la Costituzione del 1999. Dopo aver analizzato i casi, siamo arrivati alla conclusione che soprattutto il processo di selezione, l'alterazione del numero dei membri della Corte e la difficoltà del processo di rimozione sono i principali fattori che fanno sì che il Potere Legislativo ed il Potere Esecutivo possano intervenire nelle Corti Supreme. Ciononostante, questo è possibile solo quando ci sia poca fiducia istituzionale nelle Corti.

Parole chiave: Indipendenza Giuridica. Giuridicizzazione della Politica. Comportamento Giuridico.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Número de Constituições com garantias positivadas por ano (1791 - 2011)	45
Figura 2 – Proporção de Constituições com garantias positivadas por ano (1840 - 2011)	46
Figura 3 – Relação entre valor do salário e independência judicial	50
Figura 4 – Relação entre independência <i>de jure</i> e <i>de facto</i>	66
Figura 5 – Fatores que impactam de independência <i>de facto</i>	67
Figura 6 – Variáveis <i>proxy</i> para independência <i>de facto</i>	68
Figura 7 – Tempo de atuação de Ministros no STF com posse entre 1960 e 1981 . .	74
Figura 8 – Tempo de atuação de Ministros no STF com posse entre 1982 e 2016 . .	75
Figura 9 – Salário de um ministro do STF em Valores Nominais e Ajustados pela Inflação (IPCA) (2005-2016)	76
Figura 10 – Idade de Ingresso no STF de Ministros com Posse entre 1960 e 1981 . .	84
Figura 11 – Idade de Ingresso no STF de Ministros com Posse entre 1982 e 2016 . .	85
Figura 12 – Porcentagem de respostas "muita confiança" e "alguma confiança" para Poder Judiciário, Congresso e Governo no Brasil (1995-2015)	94
Figura 13 – Porcentagem de respostas "muita confiança" e "alguma confiança" para Poder Judiciário, Congresso e Governo na Argentina (1995-2015)	117
Figura 14 – Confiança na Suprema Corte - de 0 (não confia) a 100 (confia totalmente)	118
Figura 15 – Porcentagem de respostas "muita confiança" e "alguma confiança" para Poder Judiciário, Congresso e Governo na Colômbia (1995-2015)	133
Figura 16 – Confiança na Corte Constitucional - de 0 (não confia) a 100 (confia totalmente)	134
Figura 17 – Porcentagem de respostas "muita confiança" e "alguma confiança" para Poder Judiciário, Congresso e Governo na Venezuela (1995-2015)	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais alterações nos poderes do Supremo Tribunal Federal	72
Tabela 2 – Remuneração de ministros do STF em abril de 2016	77
Tabela 3 – Numero de ministros do STF apontados por Presidente	86
Tabela 4 – Índice de Confiança dos brasileiros nas Instituições em Dezembro de 2012	92
Tabela 5 – Pedidos de Impeachment de Ministros do Supremo Tribunal Federal pro- tocolados	101
Tabela 6 – Nomeações de Juízes para a Corte Suprema Argentina (1983-2016) . . .	114
Tabela 7 – Dados sobre Posse, Nascimento, Aposentadoria e Falecimento de Minis- tros do STF	174
Tabela 8 – Dados sobre Confiança em Cortes Supremas ou Constitucional na América Latina	179

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADC	Ação Direta de Constitucionalidade
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AP	Ação Penal
CA	Constituição Argentina
CCol	Constituição Colombiana de 1991
CF	Constituição Federal Brasileira
CV	Constituição Venezuelana de 1999
EC	Emenda Constitucional
HC	<i>Habeas Corpus</i>
IPMF	Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LOMAN	Lei Orgânica da Magistratura
LOTSJ2004	<i>Ley Orgánica del Tribunal Supremo de Justicia de 2004</i>
LOTSJ2010	<i>Ley Orgánica del Tribunal Supremo de Justicia de 2010</i>
MI	Mandado de Injunção
MS	Mandado de Segurança
PEC	Projeto de Emenda à Constituição
PL	Projeto de Lei
PLC	Projeto de Lei Complementar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSUV	Partido Socialista Unido de Venezuela

PT	Partido dos Trabalhadores
RISTF	Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
Supremo	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TSJ	Tribunal Supremo da Venezuela

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	Problema central	19
1.2	Estado da Arte e inovação do trabalho	23
1.3	Considerações Metodológicas	27
1.4	Estrutura do trabalho	29
2	INDEPENDÊNCIA JUDICIAL: CONCEITOS E TEORIA	32
2.1	Poder Judiciário e sua Expansão	32
2.1.1	Supremas Cortes e Tribunais Constitucionais	33
2.2	Independência Judicial: conceito primário	33
2.3	Independência judicial: delimitação conceitual	34
2.3.1	Independência de decisão e <i>Compliance</i>	35
2.3.2	Autonomia, Independência Externa e Interna	36
2.3.3	Independência em relação aos atores	37
2.3.4	Partidarismo e independência institucional	37
2.3.5	Independência <i>de facto</i> e <i>de jure</i>	38
2.4	Independência judicial: histórico	39
2.4.1	Independência judicial na Constituição inglesa	39
2.4.2	Independência judicial na Constituição norte-americana	40
2.4.3	Independência judicial ao redor do mundo	44
2.5	Independência judicial e <i>Accountability</i>	46
2.6	Independência <i>de jure</i> : garantias	48
2.6.1	Comprometimento constitucional explícito	48
2.6.2	Estabilidade especial	49
2.6.3	Subsídios	50
2.6.4	Autonomia	51
2.6.5	Procedimento de seleção	51
2.6.6	Procedimento de remoção e responsabilização	53
2.6.7	Independência <i>de jure</i> : problemas de medida	54
2.7	Independência <i>de facto</i>	56
2.7.1	Independência <i>de facto</i> : problemas de medida	57
2.7.1.1	Relação causal entre independência <i>de jure</i> a <i>de facto</i>	58
2.8	Outras Condições	59
2.8.1	Democracia	59
2.8.2	Confiança Pública	61
2.8.3	Ativismo Político	62

2.9	Teorias sobre a Independência Judicial	64
2.9.1	Teorias institucionalistas	64
2.9.2	Teoria da Difusão	65
2.9.3	Teorias Históricas	66
2.10	Modelo de Independência Judicial	66
3	O CASO BRASILEIRO	69
3.1	Supremo Tribunal Federal na Constituição de 1988	70
3.2	Independência <i>de jure</i>	72
3.2.1	Compromentimento constitucional explícito	73
3.2.2	Estabilidade	73
3.2.3	Valor de subsídios e sua proteção	75
3.2.4	Autonomia	77
3.2.5	Procedimento de seleção	79
3.2.6	Procedimento de Remoção	86
3.2.6.1	Perda de Cargo	86
3.2.6.2	Aposentadoria	88
3.2.7	Resumo	89
3.3	Outros Fatores de independência	89
3.3.1	Democracia	89
3.3.2	Confiança pública	91
3.3.3	Ativismo Político	95
3.4	Independência <i>de facto</i>	97
3.4.1	Independência do Supremo Tribunal Federal - histórico	97
3.4.2	Independência do STF pós Carta de 1988	100
3.5	O Supremo se manterá independente? Propostas de modificação	102
4	O CASO ARGENTINO	105
4.1	Corte Suprema Argentina	106
4.2	Independência <i>de jure</i>	108
4.2.1	Compromentimento constitucional explícito	108
4.2.2	Estabilidade	108
4.2.3	Valor de subsídios e sua proteção	109
4.2.4	Autonomia	110
4.2.5	Procedimento de Seleção	111
4.2.6	Procedimento de Remoção	114
4.3	Outros Fatores de Independência	115
4.3.1	Democracia	115
4.3.2	Confiança Pública	116
4.3.3	Ativismo Político	118

4.4	Independência <i>de facto</i>	119
5	O CASO COLOMBIANO	124
5.1	Corte Constitucional	124
5.2	Independência <i>de jure</i>	126
5.2.1	Comprometimento constitucional explícito	126
5.2.2	Estabilidade	127
5.2.3	Valor de subsídios e sua proteção	127
5.2.4	Autonomia	128
5.2.5	Procedimento de Seleção	129
5.2.6	Procedimento de Remoção	130
5.3	Outros Fatores	131
5.3.1	Democracia	131
5.3.2	Confiança Pública	132
5.3.3	Ativismo Político	134
5.4	Independência <i>de facto</i>	135
6	O CASO VENEZUELANO	139
6.1	Tribunal Supremo	140
6.2	Independência <i>de jure</i>	142
6.2.1	Comprometimento constitucional explícito	142
6.2.2	Estabilidade	142
6.2.3	Valor de subsídios e sua proteção	143
6.2.4	Autonomia	143
6.2.5	Procedimento de Seleção	144
6.2.6	Procedimento de Remoção	145
6.3	Outros Fatores	146
6.3.1	Democracia	146
6.3.2	Confiança Pública	147
6.3.3	Ativismo Político	147
6.4	Independência <i>de facto</i>	149
7	ANÁLISE COMPARATIVA	152
7.1	Síntese da teoria	152
7.2	Síntese dos casos analisados	154
7.2.1	Brasil	154
7.2.2	Argentina	155
7.2.3	Colômbia	156
7.2.4	Venezuela	157
7.3	Análise dos casos	158

8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
	REFERÊNCIAS	161
	APÊNDICES	173
	APÊNDICE A – DADOS SOBRE POSSE, NASCIMENTO, APOSEN- TADORIA E FALECIMENTO DE MINISTROS DO STF	174
	APÊNDICE B – DADOS SOBRE CONFIANÇA EM CORTES SU- PREMAS OU CONSTITUCIONAIS NA AMÉRICA LATINA	179

1 INTRODUÇÃO

1.1 Problema central

A tese tem como objeto a análise da independência judicial de Supremas Cortes ou Cortes Constitucionais na América Latina e no Brasil. Busca-se entender de que maneira esses Tribunais e seus membros se tornam efetivamente independentes, dadas as condições institucionais e jurídicas. Colocamos as seguintes perguntas. Quais são os fatores que aumentam a independência *de facto* dessas Cortes? São fatores de ordem institucional, como garantias constitucionais, ou são baseados em fatos de ordem política, como a confiança pública nas instituições?

Independência é a característica que sobretudo define o Poder Judiciário. Enquanto o Poder Executivo e o Legislativo também devem ser independentes, a essência que os define é a de serem escolhidos pelo povo e de a ele prestarem contas. O Judiciário é diferente, ele deve ser independente por si só. Portanto, não deve se submeter às vontades particulares senão a da própria lei.

Do ponto-de-vista dos cidadãos, ser julgado por uma Corte ou juiz independente é um direito fundamental. Nesse sentido, estabelece o artigo 10 da Declaração Internacional dos Direitos Humanos: "Todos têm o direito em igualdade plena a um julgamento público e justo por uma corte independente e imparcial, na determinação dos seus direitos e obrigações e em qualquer acusação criminal levantada contra eles."¹. Ser julgado por uma Corte ou juiz independente e imparcial é um direito alçado a condição de Direito Humano Fundamental.

Independência judicial, grosso modo, significa que juízes devem atuar e decidir, segundo o que consideram como justo, sem interferência de outros grupos e indivíduos. É o que a literatura chama de "independência *de facto*". Não somente isso, as Cortes não só devem julgar sem interferência, como devem ter o poder de fazer cumprir suas decisões. Não é admissível que possam desrespeitá-las e negar-lhes cumprimento. Ter a *compliance* dos cidadãos e do Estado é, deste modo, também um atributo de independência.

Desta forma, é fundamental que juízes sejam independentes. Entretanto, na prática, existe o juiz que não cumpre suas funções por pressões, ameaças, ou mesmo por incentivos monetários. No âmbito de cortes superiores, os Poderes Executivo e Legislativo, quando contrariados, às vezes cumprem o papel de ameaçá-las, impondo dificuldades reais de ação. Afinal, como diria Alexander Hamilton, o Judiciário é o "mais fraco dos poderes". Desde cedo, na história do direito constitucional, pensou-se em freios institucionais que garantissem

¹ "Article 10. Everyone is entitled in full equality to a fair and public hearing by an independent and impartial tribunal, in the determination of his rights and obligations and of any criminal charge against him". [ASSEMBLY, UN General. Universal declaration of human rights. UN General Assembly, Taylor & Francis, 1948.](#)

que os juízes fossem independentes, o que não é nem um pouco uma tarefa trivial.

Arranjos institucionais estabelecidos para garantir a independência judicial são o que chamamos de "independência *de jure*". Em resumo, são cinco. Primeiro, há o processo de investidura. Aqueles que detêm o poder de nomear juízes também detêm o poder de influenciar as decisões. Assim, deve-se pensar em meios de seleção que insulem o selecionado daqueles que o selecionaram. Em segundo lugar, há a garantia de estabilidade. Essa proteção permite que os membros do Poder Judiciário não tenham represálias por sua atuação e que possam decidir com a concepção própria do que é o direito e a justiça. Um salário digno e que não possa ser reduzido possibilita que um magistrado tenha os meios adequados para sobreviver e que não tenha de se sujeitar a pressões monetárias e suborno. Um processo de remoção dificultoso definido em lei ou na Constituição garante que não haja conspiração de governantes ou legisladores para apelar de seu cargo juízes contrários a seus intentos. Por fim, é desejável que tanto o Judiciário quanto os seus membros possuam autonomia organizacional e financeira, pois isso evitaria que outros Poderes interferissem diretamente no seu funcionamento, esperando obter vantagens.

As maneiras como os variados sistemas constitucionais implementam essas garantias são distintas. Compreende-se aqui que há uma maneira ótima de positivação dessas proteções de forma que os juízes se tornem mais independentes. Por exemplo, o processo de remoção magistrados por ser constitucional ou legal, pode envolver a participação de mais um órgão ou apenas um. Cada uma dessas configurações pode ter efeitos distintos na proteção da independência *de facto*. Além disso, não há evidência de que essas garantias sejam suficientes de maneira genérica. A Argentina, mesmo implementando-as todas, não evitou ter seu funcionamento corrompido por atos de Presidentes, com maioria no Congresso, como Carlos Menem ou Nestor Kirchner.

É verdade que há países em que a *rule of law* é constantemente violada. A América Latina é uma região de grande instabilidade institucional, em que a grande maioria dos países passou por mudanças bruscas de regimes políticos. Há autores que apontam um descompasso entre regras positivadas e regras cumpridas. O cientista David S. Clark, realizando um estudo sobre independência judicial na América Latina, em 1975, conclui que os países da região, embora possuam proteções constitucionais, falham em cumpri-las por essa disparidade, uma vez que as normas são constantemente violadas e são, dessa maneira, ineficazes².

Isso significa que um estudo sobre independência judicial para ser completo precisa abarcar não apenas as garantias formais, mas todas as condições que possam levar a uma

² CLARK, David S. Judicial protection of the constitution in latin america. *Hastings Const. LQ*, HeinOnline, v. 2, p. 405, 1974.. Também LARKINS, Christopher M. Judicial independence and democratization: A theoretical and conceptual analysis. *The American Journal of Comparative Law*, JSTOR, v. 44, n. 4, p. 605–626, 1996.. Essa visão é fortemente contrastada por autores como Julio Rios-Figueroa e Andrea Pozas-Loyo (POZAS-LOYO, Andrea; RIOS-FIGUEROA, Julio. When and why do “law” and “reality” coincide? de jure and de facto judicial independence in chile and mexico. *Evaluating Transparency and Accountability in Mexico: National, Local and Comparative Perspectives*, p. 127–64, 2007.. p.128.)

maior independência. Por exemplo, a existência de democracia é um importante fator, pois violações à independência de juízes têm um custo eleitoral maior para governantes, e uma competição política forte impõe dificuldades de coordenação para que ataques tenham sucesso. Da mesma maneira, uma confiança pública alta no Poder Judiciário aumenta bastante o custo de intervenção nele, uma vez que os Poderes eleitos podem sofrer uma maior pressão popular. Além disso, um Judiciário que não impõe dificuldades a outros Poderes ou, em outras palavras, apenas legitima suas ações não oferece risco e, assim, é isento de ser atacado. Nesse caso, mais independentes são os juízes e Cortes que conseguem manter suas competências, em meio a casos que desafiam o Poder Executivo ou o Legislativo. Feita esta explicação, é evidente que o contexto político-institucional importa muito para definir os limites da independência judicial *de facto*.

Quais desses fatores mais impactam a independência *de facto*? Há nesta questão um objetivo normativo oculto: como garantir maior independência judicial? Independência judicial não é só um bem por si só, um direito ou garantia fundamental, mas é um meio para atingir um fim, o garantir uma série de qualidades dos Estados constitucionais. Primeiro, maior independência corresponde a um maior nível de 'rule of law'³. Isso parece autoevidente, uma vez que independência judicial significa não-inteferência e constrição dos magistrados às regras jurídicas. Em consequência, maior 'rule of law' e maior independência judicial também causa um maior crescimento econômico⁴. Isso é melhor compreendido se consideramos que ambientes institucionais com maior independência judicial significam maior segurança jurídica e condições mais favoráveis a negócios e investimentos estrangeiros. Um judiciário independente torna contratos, sobretudo realizados por governos, mais críveis, pois o não-cumprimento se torna custoso e leva a sanções de natureza judicial⁵. Não sem razão, o Banco Mundial possui programas de incentivo à independência judicial no mundo⁶.

O objeto do trabalho é constricto à independência judicial de magistrados de Supremas Cortes e Cortes Consitucionais. O motivo deste recorte se deve a serem esses órgãos mais suscetíveis a ataques de outros Poderes que juízes de instâncias menores. Por serem a última palavra em assuntos constitucionais e possuírem um maior contato com os assuntos políticos dos países, a relevância de sua estatura impõe proteções distintas que não as comuns de independência *de jure*⁷. Estudar as proteções do Poder Judiciário como um todo exige a

³ HELMKE, Gretchen; ROSENBLUTH, Frances. Regimes and the rule of law: Judicial independence in comparative perspective. *Annual Review of Political Science*, Annual Reviews, v. 12, p. 345–366, 2009.

⁴ LA PORTA, Rafael et al. Judicial checks and balances, 112 *J. Pol. Econ.*, v. 445, p. 448–49, 2004.

⁵ STEPHENSON, Matthew. Judicial independence: what it is, how it can be measured, why it occurs. *World Bank Brief* <http://siteresources.worldbank.org/INTLAWJUSTINST/Resources/JudicialIndependence.pdf>. [07.05. 14], 2003.

⁶ Sobre programas do World Bank para promoção de independência judicial e 'rule of law', Cf. STEPHENSON, op. cit. e HELMKE, Gretchen; MCLEAN, Elena V. Inducing independence: A strategic model of world bank assistance and legal reform. *Conflict Management and Peace Science*, Sage Publications, v. 31, n. 4, p. 383–405, 2014.

⁷ Julio Rios-Figueroa distingue, nesse sentido, as ideias de autonomia, ou independência do Poder Judiciário como um todo, independência externa, que corresponde à independência das Cortes Supremas, e independência interna, que trata das relações entre juízes dentro da hierarquia do Poder Judiciário. A tese foca-se

consideração de uma série ampla de questões, uma vez que juízes de Supremas Cortes e Cortes inferiores possuem características bem distintas. Por exemplo, o procedimento de seleção dos membros daquelas possui uma maior participação de outros Poderes do que o destas. Dessa maneira, optamos por estudar apenas aquelas.

O trabalho é de política e direito comparado. Escolhemos quatro casos para estudo: a) o caso do Supremo Tribunal Federal após a Constituição de 1988; b) o caso da Corte Suprema Argentina pós redemocratização; c) o caso da Corte Constitucional da Colômbia, criada pela Constituição colombiana de 1991; d) e o caso do Tribunal Supremo de Justiça venezuelano, surgido no contexto do chavismo. A escolha dos casos se deve às variações e aos contrastes existentes nas variáveis estudadas. Em relação à independência *de facto*, o Supremo Tribunal Federal brasileiro e a Corte Constitucional colombiana apresentam uma independência alta no sentido de evitar ataques de outros poderes, além de serem Cortes geralmente consideradas fortes e ativistas. Por outro lado, a Corte Suprema argentina e o Tribunal Supremo venezuelano possuem um histórico de intervenções de outros poderes em seu funcionamento. Em relação às condições políticos-institucionais, elas se aproximam nos países vizinhos. O Brasil e a Argentina passaram por um processo de redemocratização nos anos 80, após anos de um regime militar autoritário, e posteriormente, sofreram crises econômicas no mesmo período. Já a Colômbia e a Venezuela, de maneira contrária, conheceram décadas de profunda estabilidade, antes de degenerarem, a primeira devido à presença de grupos políticos radicais e ao narcotráfico, e a segunda, à intensa crise que acabou resultando num regime político populista e autoritário. Acreditamos, assim, que esses casos permitem comparações mais aproximadas.

Embora a tese seja própria de direito comparado, um foco maior será dado ao caso do Brasil. Primeiro, porque esta tese se destina a um público brasileiro e provavelmente será do interesse do leitor conhecer mais sobre nossas instituições. Em segundo lugar, porque embora haja trabalhos completos e consistentes sobre independência judicial das outras Cortes mencionadas, ainda não há uma obra que se estude o Supremo Tribunal Federal, sob essa perspectiva. Esta tese pretende suprir essa lacuna.

O tema da independência judicial do Supremo Tribunal Federal vem sempre sendo trazido à tona, mas foi intensamente debatido por ocasião de um fato político ocorrido em 2012. Neste mesmo ano, iniciou-se o julgamento da Ação Penal 470, o chamado "Processo do Mensalão", escândalo político de compra de votos de membros Poder Legislativo. Este processo acabou por condenar parte da classe política brasileira, incluindo parlamentares, um ex-ministro da Casa Civil e o presidente e tesoureiro do partido no poder da época (Partido dos Trabalhadores). O julgamento foi amplamente noticiado. Como parte da Corte fora nomeada por presidentes do mesmo partido que os réus, acusações de quebra de independência e de relação entre ministros e políticos abundaram na Imprensa. No mesmo ano, tomava posse

sobretudo no segundo aspecto, a independência externa que, como veremos no capítulo 2, não correlaciona perfeitamente com a interna.

como Presidente do Supremo Joaquim Barbosa, que, em seu discurso inicial, declarou: "É preciso reforçar a independência do juiz, afastá-lo desde cedo das más influências"⁸ Quatro anos após o "Mensalão", um escândalo de maior amplitude tomou a página dos jornais, a "operação Lava-jato". Em meio a acusações de cobrança de suborno, lavagem de dinheiro e recursos não contabilizados em campanha eleitoral, são alvos da operação importantes membros da classe política. O Supremo Tribunal Federal mais uma vez será chamado a julgar as implicações do caso. Desse modo, parece oportuno estudar o tema com um foco maior no Brasil.

1.2 Estado da Arte e inovação do trabalho

Nas três últimas décadas, um número grande de autores e trabalhos enfrentou o problema da 'independência judicial'⁹. Buscava-se entender sobretudo o que significa independência judicial, de que maneira surgiam Cortes independentes, quais as consequências dessa independência, qual a relação dessa com *accountability*, com o combate à corrupção e com a promoção da *rule of law*. Apesar da abundância de trabalhos, o tema não parece de maneira nenhuma esgotado. Basta conferir os trabalhos publicados nos últimos anos em *Judicial Politics*. Grande parte deles ainda se preocupa com as dificuldades centrais do tema¹⁰.

Além de trabalhos que tomam a independência como um problema geral, muitos

⁸ Barbosa toma posse na presidência do STF e cobra independência para juízes. Jornal 'O Globo'. 22/11/2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/barbosa-toma-posse-na-presidencia-do-stf-cobra-independencia-para-juizes-6797750>>. Visto em: 05/07/2016.

⁹ V. por exemplo KAUFMAN, Irving R. The essence of judicial independence. *Columbia Law Review*, JSTOR, v. 80, n. 4, p. 671–701, 1980.; ROSENBERG, Gerald N. Judicial independence and the reality of political power. *The Review of Politics*, Cambridge Univ Press, v. 54, n. 03, p. 369–398, 1992.; LARKINS, Christopher M. Judicial independence and democratization: A theoretical and conceptual analysis. *The American Journal of Comparative Law*, JSTOR, v. 44, n. 4, p. 605–626, 1996.; RAMSEYER, J Mark; RASMUSEN, Eric B. Judicial independence in a civil law regime: the evidence from japan. *Journal of Law, Economics, and Organization*, Oxford Univ Press, v. 13, n. 2, p. 259–286, 1997.; FERREJOHN, John. Independent judges, dependent judiciary: explaining judicial independence. *S. Cal. L. Rev.*, HeinOnline, v. 72, p. 353, 1998.; BURBANK, Stephen B. Architecture of judicial independence, the. *S. Cal. L. Rev.*, HeinOnline, v. 72, p. 315, 1998.; RUSSELL, Peter H. Toward a general theory of judicial independence. *Judicial independence in the age of democracy: Critical perspectives from around the world*, Charlottesville: University of Virginia Press, v. 1, n. 5, 2001.; BURBANK, Stephen B; FRIEDMAN, Barry. *Judicial independence at the crossroads: an interdisciplinary approach*. [S.l.]: Sage, 2002.; FELD, Lars P; VOIGT, Stefan. Economic growth and judicial independence: cross-country evidence using a new set of indicators. *European Journal of Political Economy*, Elsevier, v. 19, n. 3, p. 497–527, 2003.; KLERMAN, Daniel M; MAHONEY, Paul G. The value of judicial independence: evidence from eighteenth century england. *American Law and Economics Review*, Am Law Econ Assoc, v. 7, n. 1, p. 1–27, 2005., entre muitos outros

¹⁰ Cf. GRAVES, Scott E; HOWARD, Robert M; CORLEY, Pamela C. Judicial independence: Evidence from a natural experiment. *Law & Policy*, Wiley Online Library, v. 36, n. 1, p. 68–90, 2014.; HAYO, Bernd; VOIGT, Stefan. Mapping constitutionally safeguarded judicial independence—a global survey. *Journal of Empirical Legal Studies*, Wiley Online Library, v. 11, n. 1, p. 159–195, 2014.; RÍOS-FIGUEROA, Julio; STATON, Jeffrey K. An evaluation of cross-national measures of judicial independence. *Journal of Law, Economics, and Organization*, Oxford Univ Press, v. 30, n. 1, p. 104–137, 2014.; LINZER, Drew A; STATON, Jeffrey K. A global measure of judicial independence, 1948–2012. *Journal of Law and Courts*, JSTOR, v. 3, n. 2, p. 223–256, 2015.; RANDAZZO, Kirk; GIBLER, Douglas M; REID, Rebecca. *Examining the Development of Judicial Independence*. [S.l.], 2015.; VANBERG, Georg. Constitutional courts in comparative perspective: a theoretical assessment. *Annual Review of Political Science*, Annual Reviews, v. 18, p. 167–185, 2015.

desses trabalhos se destinam a avaliar a independência judicial no contexto jurídico e político-institucional de países ou regiões específicas. Há trabalhos, por exemplo, sobre Portugal¹¹, Espanha¹², Egito¹³, Rússia, Ucrânia¹⁴, Hong Kong¹⁵, tribunais internacionais¹⁶, entre outros.

Na América Latina, sobretudo nos últimos 20 anos, houve uma abundância de textos que analisam a independência judicial, compreendendo a região como um todo¹⁷. Muitas pesquisas realizam análises de estudo de caso de um país só, como os casos dos trabalhos sobre Argentina¹⁸, Chile¹⁹, Colômbia²⁰, Peru²¹, Venezuela²², Costa Rica²³, México,²⁴ entre outros. Na área de *Judicial Politics*, dos trabalhos que analisam América Latina, independência judicial foi um dos temas mais estudados, conforme mostra a revisão de Matthew Taylor e Diana

- ¹¹ Cf. AMARAL-GARCIA, Sofia; GAROUPA, Nuno; GREMBI, Veronica. Judicial independence and party politics in the kelsenian constitutional courts: The case of Portugal. *Journal of Empirical Legal Studies*, Wiley Online Library, v. 6, n. 2, p. 381–404, 2009.
- ¹² Cf. TOHARIA, Jose J. Judicial independence in an authoritarian regime: the case of contemporary Spain. *Law & Society Review*, JSTOR, v. 9, n. 3, p. 475–496, 1975.
- ¹³ Cf. MOUSTAFA, Tamir. *The struggle for constitutional power: law, politics, and economic development in Egypt*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2007.
- ¹⁴ Cf. POPOVA, Maria. Political competition as an obstacle to judicial independence: evidence from Russia and Ukraine. *Comparative Political Studies*, Sage Publications, 2010.
- ¹⁵ Cf. TSANG, Steve Yui-Sang. *Judicial independence and the rule of law in Hong Kong*. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2001.
- ¹⁶ Cf. POSNER, Eric A; YOO, John C. Judicial independence in international tribunals. *California Law Review*, JSTOR, p. 1–74, 2005.
- ¹⁷ Para trabalhos que estudam independência judicial na América Latina de uma maneira agregada, v. VERNER, Joel G. The independence of supreme courts in Latin America: a review of the literature. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge Univ Press, v. 16, n. 02, p. 463–506, 1984.; ROSENN, Keith S. The protection of judicial independence in Latin America. *The University of Miami Inter-American Law Review*, JSTOR, p. 1–35, 1987.; PRILLAMAN, William C. *The judiciary and democratic decay in Latin America: Declining confidence in the rule of law*. [S.l.]: Greenwood Publishing Group, 2000.; RÍOS-FIGUEROA, Julio. *Judicial independence: Definition, measurement, and its effects on corruption. An analysis of Latin America*. [S.l.]: ProQuest, 2006.; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal; CASTAGNOLA, Andrea. Presidential control of high courts in Latin America: A long-term view (1904–2006). *Journal of Politics in Latin America*, p. 87–114, 2009.; SKAAR, Elin. *Judicial independence and human rights in Latin America: violations, politics, and prosecution*. [S.l.]: Springer, 2011.
- ¹⁸ Cf. HELMKE, Gretchen. *Courts under constraints: judges, generals, and presidents in Argentina*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.; IARYCZOWER, Matías; SPILLER, Pablo T; TOMMASI, Mariano. Judicial independence in unstable environments, Argentina 1935–1998. *American Journal of Political Science*, JSTOR, p. 699–716, 2002.
- ¹⁹ Cf. HILBINK, Lisa. *Judges beyond politics in democracy and dictatorship: lessons from Chile*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2007.
- ²⁰ Cf. LANDAU, David Evan. *Beyond Judicial Independence: The Construction of Judicial Power in Colombia*. Tese (Doutorado), 2014.
- ²¹ Cf. DARGENT, Eduardo. Determinants of judicial independence: Lessons from three ‘cases’ of constitutional courts in Peru (1982–2007). *Journal of Latin American Studies*, Cambridge Univ Press, v. 41, n. 02, p. 251–278, 2009.
- ²² Cf. TAYLOR, Matthew M. The limits of judicial independence: A model with illustration from Venezuela under Chavez. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge Univ Press, v. 46, n. 02, p. 229–259, 2014.
- ²³ Cf. WILSON, Bruce M; CORDERO, Juan Carlos Rodríguez; HANDBERG, Roger. The best laid schemes... gang aft a-gley: Judicial reform in Latin America—evidence from Costa Rica. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge Univ Press, v. 36, n. 03, p. 507–531, 2004.
- ²⁴ Cf. DOMINGO, Pilar. Judicial independence and judicial reform in Latin America. *The Self-Restraining State: Power and Accountability in New Democracies*. Boulder, Co.: Lynne Rienner, p. 151–175, 1999.

Kapiszewski²⁵. Nenhum deles, porém, considerou a relação entre independência judicial *de jure* e *de facto*, entre outros fatores institucionais, como opinião pública e competição política, e testou esse modelos, usando um número reduzido de estudos de caso. Aqui se encontra a **primeira inovação** deste trabalho.

Curiosamente, embora haja abundância de trabalhos com estudos de caso específicos sobre Supremas Cortes de países latinoamericanos específicos, ainda não existe um trabalho específico sobre o caso brasileiro. O que há sobre o Supremo Tribunal Federal são trabalhos que consideram aspectos específicos de sua independência e sua atuação política, mas não realizam uma análise estrutural compreensiva.

Entre esses trabalhos, que congregam ciência política, economia e direito, em primeiro lugar, há os trabalhos que pretendem identificar ideologia na atuação de ministros e a relação com o processo de nomeação. Maria Fernanda Jaloretto e Bernardo Mueller, por exemplo, indicam não haver relação entre o processo de indicação de ministros e a preferência do presidente²⁶. Mariana Prado e Claudia Turner²⁷ e Diego Arguelhes e Leandro Molhano²⁸ trazem outros elementos para o debate, ao considerar quais os objetivos do Presidente da República ao indicar ministros do Supremo. Outros trabalhos tentam identificar padrões decisórios e comportamentais nas decisões dos ministros do Supremo Tribunal Federal, como os trabalhos de Scott Desposato, Matthew Ingram e Osmar Lannes²⁹, Pedro Ferreira e Bernardo Mueller³⁰, Luci de Oliveira³¹ e Antônio Ramos e Eduardo Leoni³². Esse tipo de pesquisa, muito comum no direito norte-americano, é de difícil replicação para o Supremo Tribunal Federal sobretudo pela dificuldade em extrair significado apenas do resultado final

²⁵ KAPISZEWSKI, Diana; TAYLOR, Matthew M. Doing courts justice? studying judicial politics in latin america. *Perspectives on Politics*, Cambridge Univ Press, v. 6, n. 04, p. 741–767, 2008. p. 743

²⁶ JALORETTO, Maria Fernanda; MUELLER, Bernardo. O procedimento de escolha dos ministros do supremo tribunal federal – uma análise empírica. *Economic Analysis of Law Review*, Universidade Católica de Brasília, v. 2, n. 1, p. 170–187, 2011.. O método utilizado por esses autores é a comparação quantitativa de porcentagem de decisões unânimes em Ações Diretas de Inconstitucionalidade para diferentes composições da Corte, durante os dois mandatos do ex-presidente Lula Silva. A hipótese é de que quanto mais ministros indicados pelo presidente, maior a divergência. Ainda que tenha crescido a taxa de divergência, analisando os casos, concluem os autores que as indicações feitas pelo presidente Lula não tiveram o condão de alterar a direção da Corte.

²⁷ Cf. PRADO, Mariana; TÜRNER, Cláudia. A democracia e seu impacto nas nomeações das agências reguladoras e ministros do stf. *Revista de Direito administrativo*, v. 250, p. 27–74, 2010.

²⁸ Cf. ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano. Indicações presidenciais para o supremo tribunal federal e seus fins políticos: uma resposta a mariana prado e cláudia türner. *Revista de Direito Administrativo*, v. 255, p. 115–143, 2010.

²⁹ Cf. DESPOSATO, Scott W; INGRAM, Matthew C; LANNES, Osmar P. Power, composition, and decision making: The behavioral consequences of institutional reform on brazil's supreme tribunal federal. *Journal of Law, Economics, and Organization*, Oxford Univ Press, v. 31, n. 3, p. 534–567, 2015.

³⁰ Cf. FERREIRA, Pedro Fernando de Almeida Nery. *Como decidem os ministros do STF: pontos ideais e dimensões de preferências.*; FERREIRA, Pedro Fernando de Almeida Nery. *Como decidem os ministros do stf: pontos ideais e dimensões de preferências.* 2013.

³¹ Cf. OLIVEIRA, Fabiana Luci de. *Justiça, profissionalismo e política: o STF e o controle da constitucionalidade das leis no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.; OLIVEIRA, Fabiana Luci de. Processo decisório no supremo tribunal federal. *Revista de Sociologia e Política*, Universidade Federal do Paraná, v. 20, n. 44, p. 139, 2012.

³² RAMOS, Elival da Silva. *Ativismo judicial: parâmetros dogmáticos*. Saraiva, 2010.

de votação das decisões do STF, uma vez que divergências ou concordâncias ocorrem nas argumentações da decisão e não no resultado final. Por fim, é importante mencionar também o precursor trabalho de Rogério Arantes³³.

No direito, há trabalhos que destacam a relação entre politização da justiça e judicialização da política, como o pioneiro artigo de Manoel Gonçalves Ferreira Filho³⁴. Em 1994, já reconhecia o autor toda a expansão política pela qual iria passar a Corte. Com efeito, destacava que isso se daria não só por ser um fenômeno mundial, mas por características específicas da Constituição de 1988, como a ênfase no controle concentrado de constitucionalidade, o próprio texto da Carta com a previsão de uma série de princípios genéricos, a autonomia do Ministério, o controle eleitoral, entre outros fatores, o que levaria a uma politização da justiça. A partir de então, ficou claro que a atuação do Supremo Tribunal Federal se daria de forma mais política do que até então se dava. Essa acentuação do aspecto político do STF culmina no que Oscar Vilhena Vieira chama de "supremocracia", isto é, "a expansão da autoridade do Supremo em detrimento dos demais poderes"³⁵. Nesse sentido, buscou a doutrina formas de se contornar essa expansão, criando parâmetros dogmáticos para limitação da atuação do STF³⁶. Entretanto, é de se reconhecer que a atuação do Tribunal está longe de se reservar a de um poder neutro, e, enquanto poder atuante, é tendente a sofrer mais pressões.

Do ponto-de-vista específico do tema deste trabalho, alguns autores na verdade consideraram a independência do Judiciário brasileiro, embora de maneira *en-passant*. O cientista político Matthew Taylor, autor de uma extensa obra, analisando a atuação política do STF³⁷, indica em seu modelo teórico que, para que se busque a intervenção de Cortes, em sistemas políticos, elas devam ser independentes. Em seguida, ele afirma que as Cortes federais no Brasil são bastante independentes dos poderes eleitos³⁸. Todavia, não argumenta o autor em favor dessa afirmação tampouco traz evidências que corroborem sua posição. É possível mencionar que há uma pesquisa em andamento sobre a independência que adquiriu o Ministério Público ante a Constituição de 1988. Salo Coslovsky e Amit Nigam vem conduzindo essa pesquisa, e suas conclusões preliminares são de que essa instituição criou coesão entre seus pares, avançou em 'lobby', e aproveitou-se das condições turbulentas da política brasileira.³⁹ A **segunda inovação** se caracteriza na análise consistente da independência judicial do Supremo Tribunal Federal, no Brasil, olhando para suas garantias, seu histórico e os favores político-institucionais que o favorecem. Como mostrado, isso foi feito para outras Cortes

³³ Cf. ARANTES, Rogério Bastos. *Judiciário e política no Brasil*. [S.l.]: Educational Book Publishers, 1997.

³⁴ Cf. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Poder judiciário na constituição de 1988: judicialização da política e politização da justiça. *Revista de Direito Administrativo*, v. 198, p. 1–17, 1994.

³⁵ VIEIRA, Oscar VILHENA. Supremocracia. *Revista Direito GV*, v. 4, n. 2. p. 445

³⁶ V. por exemplo RAMOS, Elival da Silva. *Ativismo judicial: parâmetros dogmáticos*. Saraiva, 2010.

³⁷ Cf. TAYLOR, Matthew. *Judging policy: courts and policy reform in democratic Brazil*. [S.l.]: Stanford University Press, 2008.

³⁸ TAYLOR, Matthew. *Judging policy: courts and policy reform in democratic Brazil*. [S.l.]: Stanford University Press, 2008. p. 44

³⁹ SEGAL, Jeffrey A; SPAETH, Harold J. *The Supreme Court and the attitudinal model revisited*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2002. p. 35

Altas na América Latina, mas não se conhece uma análise específica do Supremo.

1.3 Considerações Metodológicas

A pesquisa é descritiva e causal. Descritiva porque visa uma descrição tanto de regras constitucionais e arranjos institucionais que orientam o Supremo Tribunal Federal e outras Cortes quanto do contexto político desses países. Causal porque visa identificar as relações de causalidade existentes entre alguns institutos constitucionais (os que garantem independência judicial de Supremas Cortes), fatores, como confiança pública e democracia, e independência *de facto*. Para identificar causalidade, a literatura científica reporta uma série de estratégias, muitas delas dependentes de procedimentos estatísticos. Como reportado em tópico anterior, não acreditamos que estratégias quantitativas sejam adequadas para o presente estudo por diversas razões: falta de amostragem aleatória, ausência de dados, dificuldade de medições, entre outras. A estratégia que será utilizada é a de estudos de caso, tentando obter o máximo de informações que visem testar a teoria apresentada. Assim, serão obtidas informações em livros, doutrinas, decisões, documentos, entre outros, tendo em vista a testagem das hipóteses.

Sobre o ponto de vista por onde se estudará o objeto, pretende-se uma análise comparativa de sistemas constitucionais e políticos estrangeiros. Qualquer análise comparada requer método. De início, necessitamos de método para escolher os casos a serem comparados. Há duas formas principais para a realização desta ação. A primeira é: escolher sistemas aleatórios ao redor do mundo. Isso é muito comum em estudos que utilizam métodos quantitativos, em que as amostras são geralmente grandes. A outra forma é escolher casos que se assemelhem por algumas razões. Esta foi a escolhida pelo presente trabalho, uma vez que nossa amostra se compõe de poucos países. Escolhemos países da América Latina, pois compartilham com o Brasil de sistemas políticos e condições político-econômicas semelhantes. Também é vantajoso trabalhar com poucos casos em vez de muitos, uma vez que o estudo, embora perca em amplitude, ganhe em profundidade, considerando o fato de uma grande dificuldade em explorar particularidades de centenas de países.

A metodologia para explorar as comparações tem origem em John Stuart Mill⁴⁰. Foi ele quem criou os cinco métodos de indução. O primeiro, o método da concordância, consiste em buscar o elemento concorde entre várias instâncias do fenômeno. Se há apenas um elemento, este pode ser a causa. Já o método das diferenças estabelece que se há um elemento presente em um conjunto de ocorrências de um fenômeno, mas não no conjunto das não-ocorrências, deve ser esse elemento a causa. O método conjunto de concordância e diferença une os dois primeiros métodos num elemento só. Por fim, Mill também menciona o método dos resíduos e o método das variações concomitantes. Entretanto, os dois primeiros métodos, aplicados conjuntamente, foram e vêm sendo utilizados nas ciências para trazer rigor

⁴⁰ Cf. MILL, John Stuart. Sistema de lógica dedutiva e indutiva. *Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

às conclusões⁴¹. É o que utilizaremos aqui.

É válido asseverar que há um pressuposto interdisciplinar neste trabalho. O objeto da pesquisa ocorre na intersecção entre direito constitucional e ciência política. Não é incomum nesta área do direito. Nesse sentido, já apontava Manoel Gonçalves Ferreira Filho que⁴²:

(...) o Direito Constitucional científico não deve nem pode satisfazer-se com o emprego exclusivo dos métodos tradicionalmente consagrados pela Hermenêutica. Não pode prescindir dos ensinamentos da Ciência Política para a determinação do meio sobre o qual se erguem as instituições, ou para verificar as consequências na realidade do impacto de suas normas.

Não há, desta forma, como prescindir do uso de amplas fontes de diversas disciplinas.

Um pressuposto importante deste trabalho é que há uma distância entre as normas pelos quais devem se guiar os juízes e a maneira como eles realmente decidem. Não basta considerar apenas como os juízes devem atuar, mas como eles de fato decidem e atuam. A ciência avançou bastante nas últimas décadas nas teorias sobre comportamento judicial. Entre elas, merecem destaque as teorias atitudinais as quais indicam que os juízes decidem conforme seus valores, crenças e ideologia⁴³. Isso é facilmente observado na Suprema Corte americana em que os *justices* divergem conforme o partido do presidente que os indicou⁴⁴. Também devem ser destacadas as teorias que enfatizam as escolhas estratégicas dos juízes e as restrições institucionais⁴⁵. Na verdade, esse tipo de teoria abarca vários tipos de explicações para decisões judiciais, incluindo busca de reputação, influência da opinião pública, conflitos com outros poderes, entre outras. Por fim, temos também as teorias "legais" ou "jurídicas", para as quais o fator determinante para a atuação judicial é o próprio direito. É fácil reconhecer que, enquanto para certos tipos de juízos, o direito pode prevalecer, talvez para Cortes Constitucionais, isso nem sempre seja verdade, uma vez que elas lidam com "casos difíceis", em que há predomínio de lacunas e em que as colisões de princípio incidem com maior força.

⁴¹ V. por exemplo PRZEWORSKI, Adam; TEUNE, Henry et al. *The logic of comparative social inquiry*. [S.l.], 1970. Nas últimas décadas, vem ganhando a formalização do método QCA (Qualitative Comparative Analysis) por Charles Ragin (RAGIN, Charles. *The comparative method: Moving beyond qualitative and quantitative methods*. Berkeley: University of California, 1987.)

⁴² FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Do processo legislativo*. 5. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2002. p.1-2

⁴³ Cf. SEGAL, Jeffrey A; SPAETH, Harold J. *The Supreme Court and the attitudinal model revisited*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2002.

⁴⁴ Embora haja muitos casos exemplificativos, um caso que ganhou destaque nos Estados Unidos foi Bush vs. Gore (2001), em que se decidiu sobre o processo de recontagem eleitoral na Florida, vindo por fim a decidir as eleições americanas em favor do candidato republicano George W. Bush e contra o candidato democrata Al Gore. Nesta decisão, os cinco que formaram a maioria foram indicados por presidentes republicanos, enquanto os quatro votos contrários foram tomados pelos indicados por presidentes democratas. Sobre o caso, v. por exemplo DWORKIN, Ronald. *A badly flawed election (the 2000 presidential race)*. *New York Review of Books*, NEW YORK REVIEW 1755 BROADWAY, 5TH FLOOR, NEW YORK, NY 10019 USA, v. 48, n. 1, p. 53–55, 2001.

⁴⁵ O texto clássica que inaugura os estudos judiciais sobre a perspectiva da escolha racional é o de Richard Posner (POSNER, Richard A. *What do judges and justices maximize?(the same thing everybody else does)*. *Supreme Court Economic Review*, JSTOR, p. 1–41, 1993.). Para obras mais modernas, v. EPSTEIN, Lee; KNIGHT, Jack. *The choices justices make*. [S.l.]: SAGE, 1997. e POSNER, Richard A. *How judges think*. [S.l.]: Harvard University Press, 2010.

Prevalece neste trabalho a visão de que todas essas teorias são importantes para se conhecer de fato o comportamento judicial. Favorece-se nesse caso visões que agregam as teorias de maneira unificada, como a teoria do "Balanceamento Tático", desenvolvido por Diana Kapiszewski⁴⁶. Para a autora, juízes de Supremas Cortes sopesam seis tipos de considerações quando estão decidindo, a) sua ideologia; b) interesses judiciais institucionais; c) preferências dos órgãos eleitos; d) consequências econômicas e políticas da decisão; e) opinião pública sobre o caso; e, por fim, f) considerações de natureza jurídica⁴⁷. É interessante que a autora teste sua teoria, utilizando como evidência a atuação do Supremo Tribunal Federal em casos econômicos, nos anos 90.

A pesquisa tem um objetivo normativo oculto, pois busca orientar modificações à ordem normativa, no caso, de sistemas constitucionais. Entretanto, o normativo sempre deve se fundamentar no positivo, pois não podemos realizar recomendações sem teorias plausíveis sobre fenômenos. Modificações, sobretudo em normas, podem produzir resultados bastante inesperados e de efeito estrondoso⁴⁸. Por essa razão, qualquer recomendação deve ser bem fundada em explicações lógicas e evidências empíricas.

1.4 Estrutura do trabalho

O trabalho tem uma estrutura bastante linear. No segundo capítulo, trataremos dos conceitos principais e do modelo explicativo que utilizaremos pra explicar independência judicial. Assim, são apresentados em detalhes o que é independência judicial e sua origem histórica no constitucionalismo inglês e no norte-americano. Em seguida, para uma maior clareza conceitual, distinguimos dimensões de independência e como elas relacionam-se entre si. Apresentamos os fatores principais que compõe a ideia de independência *de jure*, tais quais o procedimento de seleção, a ideia de estabilidade, o valor e intangibilidade dos salários e o procedimento de remoção. Também mostramos como fatores de natureza política e social, como democracia, participação política, competição pública, confiança pública, e ativismo político podem oferecer impactos na independência *de facto* de Cortes Supremas. Por fim, identificamos quais fatores representam bem a ideia de independência judicial *de facto*.

Os quatro capítulos seguintes são dedicados a explorar em profundidade o sistema judicial dos países estudados, quais são suas Cortes Altas, quais são os elementos de sua independência *de jure*, como se comportam as suas democracias, a confiança pública nas instituições políticas e o ativismo político das Cortes. Por fim, de maneira holística, verificaremos como as Cortes Supremas ou Constitucionais desses países se comportam e se elas podem ser consideradas Cortes dependentes ou independentes. Por considerar quatro casos diferentes, as

⁴⁶ Cf. KAPISZEWSKI, Diana. Tactical balancing: High court decision making on politically crucial cases. *Law & Society Review*, Wiley Online Library, v. 45, n. 2, p. 471–506, 2011.

⁴⁷ KAPISZEWSKI, op. cit., p. 472-473

⁴⁸ Cf. MERTON, Robert K. The unanticipated consequences of purposive social action. *American sociological review*, JSTOR, v. 1, n. 6, p. 894–904, 1936.

seções são semelhantes aos capítulos.

No terceiro capítulo em específico, exploraremos o caso do Supremo Tribunal Federal brasileiro. O Supremo é uma corte *sui generis*, porque carrega uma série de competências dentro de si, as quais o fazem possuir uma natureza dupla: é, concomitantemente, Corte Constitucional e última instância no Poder Judiciário brasileiro. Estudaremos os meios pelos quais a Constituição busca proteger a independência do Tribunal. Mostramos que as garantias são amplas, e, aliada a um alto nível de confiança pública no Supremo, a uma democracia estabilizada, com competição política e participação popular, o Supremo Tribunal Federal, após a Carta de 1988, constituiu-se num Tribunal bastante independente *de facto* e com bastante poder.

O quarto capítulo aborda a *Corte Suprema de Justicia* argentina. São mostrados como as garantias constitucionais e legais, no pós-redemocratização, sobretudo a partir da Reforma de 1994, não conseguiram que o tribunal sofresse limitações em sua atuação e em sua independência. As razões se encontraram sobretudo nos fatores de ordem política. A baixa confiança na Corte, sobretudo em momentos cruciais da história argentina, permitiram que Presidentes, contando com apoio parlamentar forte, pudesse intervir em sua atuação e moldar suas preferências. As tentativas e consequentes intervenções na independência da Corte Suprema foram realizadas pela maioria dos presidentes que o país teve após a redemocratização: Raúl Alfonsín, Carlos Menem, Eduardo Duhalde e Nestor Kirchner.

O quinto capítulo refere-se à Corte Constitucional, originada na Constituição de 1991, na Colômbia. De um histórico de uma Corte Suprema bastante independente de outros Poderes, a Corte Constitucional manteve sua independência *de facto* e, aliada a uma série de competências e poderes que lhe foram atribuídos pela Carta, constituiu-se numa dos tribunais mais ativistas do mundo. O tribunal foi capaz de impor derrotas significativas a governos bastante populares, como o de Álvaro Uribe, no processo em que se invalidou a tentativa de garantir uma segunda reeleição para a Presidência da República. Advoga-se que fatores constitucionais, mais uma confiança alta na Corte, possibilitaram que ela se mantivesse independente por esse tempo.

O sexto capítulo apresenta o caso do *Tribunal Supremo de Justicia* venezuelano. Após a presidência de Hugo Chávez, o sistema político do país se converteu em uma espécie de autoritarismo populista, em que a competição política foi destruída, sobretudo por limitações a liberdade de imprensa. Mostramos como a quebra de independência do Tribunal se deu primeiro com ameaças por parte do presidente e, posteriormente, com uma intervenção direta nas garantias da Corte, sobretudo com a aprovação da *Ley Organica do Tribunal Supremo de 2004*, que facilitou a remoção de novos magistrados e abriu novas vagas na Corte para serem ocupadas por magistrados partidários do governo.

O sétimo capítulo traz a análise comparativa entre os vários sistemas estudados. Mostra-se como fatores institucionais são importantes para se controlar e intervir nas Cortes,

mas fatores de ordem político, sobretudo a confiança pública da população na Corte é a causa mais provável para explicar porque uma Corte é atacada por outros poderes ou não. Competição política e fragmentação também são importantes, embora não principais.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, concluímos que existe uma relação entre independência *de jure* e independência *de facto* para Supremas Cortes e Tribunais Constitucionais, na contramão de autores que sustentam que ela não existe. Essa relação se manifesta sobretudo por três garantias: a de autonomia e proteção do número de membros das Cortes e de procedimentos de seleção e remoção, com a participação de mais de um órgão e com maiorias qualificadas. Entretanto, é fundamental que haja confiança pública na Corte e competição política para que a relação se torne mais evidente.

Mostrar como a confiança pública tem relação com independência judicial talvez seja a maior contribuição desta tese. Isso vai permitir analisar outros casos para o futuro. Por exemplo, o Uruguai possui uma Corte Suprema com um nível alto de confiança. Em compensação, o Tribunal Constitucional do Peru possui um dos mais baixos. Como se diferencia a independência judicial nos dois países? Poderíamos também questionar porque há níveis diferentes de confiança para cada país. Com os resultados da tese, abrem-se portas para novos pontos-de-vista e novas análises.

Esta tese também permitiu enxergar o Supremo Tribunal Federal com outros olhos. Embora muitos o acusem de ser dependente, em comparação com outros países, a sua independência é bastante robusta. Evidentemente pode ele sofrer retaliações no futuro. Mas isso não invalida o *status* que adquiriu após a promulgação da Constituição de 1988.

Com esta contribuição ao estudo de independência judicial, esperamos que a tese seja útil para outros cientistas. A ciência jamais é isolada. Pelo contrário, caracteriza-se pela contribuição social. Um trabalho só se torna de fato científico, quando se submete a críticas e quando se expõe para o mundo. Apenas a partir dessas críticas, é que novas formas, novos tipos e novas relações podem ser descobertas.

REFERÊNCIAS

- AÇÃO Direta de Inconstitucionalidade n. 142. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/inteiroTeor/obterInteiroTeor.asp?id=516777&codigoClasse=504&numero=3362&siglaRecurso=&classe=ADI>>. Acesso em: 2 set 2015.
- AÇÃO Direta de Inconstitucionalidade n. 3362. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/inteiroTeor/obterInteiroTeor.asp?id=516777&codigoClasse=504&numero=3362&siglaRecurso=&classe=ADI>>. Acesso em: 2 set 2015.
- AIDT, Toke S; ETEROVIC, Dalibor S. Political competition, electoral participation and public finance in 20th century latin america. *European Journal of Political Economy*, Elsevier, v. 27, n. 1, p. 181–200, 2011.
- ALFONSIN, Raul R. Building democracy. *Yale Journal of International Law*, HeinOnline, v. 12, p. 121, 1987.
- ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de et al. *Direito Constitucional, Estado de Direito e Democracia: Homenagem ao Prof. Manoel Gonçalves Ferreira Filho*. São Paulo: Quartier Latin, 2011.
- ALMEIDA, Frederico de. Análise dos tempos de nomeação dos ministros do supremo tribunal federal (1945-2013). *newsletter. observatório de elites políticas e sociais do brasil*, v. 2, n. 7, 2015.
- AMARAL-GARCIA, Sofia; GAROUPA, Nuno; GREMBI, Veronica. Judicial independence and party politics in the kelsenian constitutional courts: The case of portugal. *Journal of Empirical Legal Studies*, Wiley Online Library, v. 6, n. 2, p. 381–404, 2009.
- ARANTES, Rogério Bastos. *Judiciário e política no Brasil*. [S.l.]: Educational Book Publishers, 1997.
- ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano. Indicações presidenciais para o supremo tribunal federal e seus fins políticos: uma resposta a mariana prado e cláudia türner. *Revista de Direito Administrativo*, v. 255, p. 115–143, 2010.
- ASSEMBLY, UN General. Universal declaration of human rights. *UN General Assembly*, Taylor & Francis, 1948.
- ATO Institucional n. 2, de 27 de outubro de 1965. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm>. Acesso em: 12 ago 2016.
- ATO Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 12 ago 2016.
- ATO Institucional n. 6, de 1º de fevereiro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-06-69.htm>. Acesso em: 12 ago 2016.
- BALAY, Carolina. *La Sexta Etapa: La Corte da La Revolución Libertadora (1958-1966)*. 2015. Disponível em: <<http://todosobrelacorte.com/2015/04/30/la-sexta-etapa-de-la-corte-suprema-argentina-1958-1966/>>. Acesso em: 23 jun 2016.

BALEEIRO, Aliomar; PEDROSO, José. *O Supremo Tribunal Federal, esse outro desconhecido*. [S.l.]: Forense, 1968.

BAUM, Lawrence. Judicial elections and judicial independence: The voter's perspective. *Ohio St. LJ*, HeinOnline, v. 64, p. 13, 2003.

BERTOMEU, Juan González; PELLEGRINA, Lucia Dalla; GAROUPA, Nuno. Estimating judicial ideal points in latin america: The case of argentina. *Review of Law and Economics*, v. 12, 2016.

BICKEL, Alexander M. *The least dangerous branch: the Supreme Court at the bar of politics*. [S.l.]: Yale University Press, 1986.

BREWER-CARÍAS, Allan. El sistema de justicia constitucional en la constitución de 1999. *Caracas, Editorial Jurídica Venezolana*, 2000.

BRUTUS. Essay n. 11. *The Founders' Constitution*. Disponível em: <http://press-pubs.uchicago.edu/founders/print_documents/a3_2_1s19.html>. Acesso em: 11 set 2016.

BRUTUS. Essay n. 15. *Constitution Society*. Disponível em: <<http://www.constitution.org/afp/brutus15.htm>>. Acesso em: 11 set 2016.

BURBANK, Stephen B. Architecture of judicial independence, the. *S. Cal. L. Rev.*, HeinOnline, v. 72, p. 315, 1998.

BURBANK, Stephen B; FRIEDMAN, Barry. *Judicial independence at the crossroads: an interdisciplinary approach*. [S.l.]: Sage, 2002.

CALABRESI, Steven G; LINDGREN, James. Term limits for the supreme court: Life tenure reconsidered. *Harv. JL & Pub. Pol'y*, HeinOnline, v. 29, p. 769, 2005.

CALDEIRA, Gregory A. Public opinion and the us supreme court: Fdr's court-packing plan. *American Political Science Review*, Cambridge Univ Press, v. 81, n. 04, p. 1139–1153, 1987.

CAMERON, Maxwell A et al. *Venezuela's Hugo Chavez: Savior or Threat to Democracy*. [S.l.]: JSTOR, 2001.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Data Venia, o Supremo*. Revista Piauí. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/data-venia-o-supremo/>>. Acesso em: 13 mar 2016.

CHEMERINSKY, Erwin. How should we think about bush v. gore. *Loy. U. Chi. LJ*, HeinOnline, v. 34, p. 1, 2002.

CHISHOLM, Neil. The diffusion of american judicial independence ideology into taiwan and south korea. *Hague Journal on the Rule of Law*, Springer, v. 5, n. 2, p. 204–228, 2013.

CIANCAGLINI, Sergio; GRANOVSKY, Martín. *Nada más que la verdad: El juicio a las Juntas*. [S.l.]: Planeta, 1995.

CLARK, David S. Judicial protection of the constitution in latin america. *Hastings Const. LQ*, HeinOnline, v. 2, p. 405, 1974.

CONSTITUCIÓN de La Nación Argentina. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/804/norma.htm>>. Acesso em: 1 jan 2016.

CONSTITUCIÓN de La Nación Argentina: Hasta 1994. Disponível em: <http://www.cacheirofrias.com.ar/constitucion_nacional_vigente_hasta_1994.htm>. Acesso em: 1 jan 2016.

CONSTITUCIÓN de la República de Venezuela: con las reformas de 1983. Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Venezuela/ven1961.html>>. Acesso em: 3 out 2016.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 set 2016.

CORDERO, Maria M Febres; MÁRQUEZ, Bernardo. A statistical approach to assess referendum results: The venezuelan recall referendum 2004. *International statistical review*, Wiley Online Library, v. 74, n. 3, p. 379–389, 2006.

CORMICK, Martín; IELLIMO, Laura Marcela; DEVINCENZI, Eugenia.

CORRALES, Javier. Autocratic legalism in venezuela. *Journal of Democracy*, The Johns Hopkins University Press, v. 26, n. 2, p. 37–51, 2015.

CORRALES, Javier; PENFOLD, Michael. *Dragon in the Tropics: Venezuela and the Legacy of Hugo Chavez*. [S.l.]: Brookings Institution Press, 2015.

COSTA, Emília Viotti da. *O Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania*. São Paulo: UNESP, 2006.

DAHL, Robert Alan. *Polyarchy: Participation and opposition*. New Haven: Yale University Press, 1973.

DARGENT, Eduardo. Determinants of judicial independence: Lessons from three ‘cases’ of constitutional courts in peru (1982–2007). *Journal of Latin American Studies*, Cambridge Univ Press, v. 41, n. 02, p. 251–278, 2009.

DESPOSATO, Scott W; INGRAM, Matthew C; LANNES, Osmar P. Power, composition, and decision making: The behavioral consequences of institutional reform on brazil’s supremo tribunal federal. *Journal of Law, Economics, and Organization*, Oxford Univ Press, v. 31, n. 3, p. 534–567, 2015.

DOMINGO, Pilar. Judicial independence and judicial reform in latin america. *The Self-Restraining State: Power and Accountability in New Democracies*. Boulder, Co.: Lynne Rienner, p. 151–175, 1999.

DUARTE, Guilherme Jardim. *Supremo Tribunal Federal e Política na República Velha: os casos de dualidade de assembleias*. [S.l.], 2013. Working Paper. Disponível em: <<http://duarteguilherme.github.io/paper3.pdf>>. Acesso em: 15 jul 2016.

DWORKIN, Ronald. A badly flawed election (the 2000 presidential race). *New York Review of Books*, NEW YORK REVIEW 1755 BROADWAY, 5TH FLOOR, NEW YORK, NY 10019 USA, v. 48, n. 1, p. 53–55, 2001.

EL-HAGE, Javier; CHAJTUR, Centa Rek. *Report on the State of the Independence of the Judiciary in Venezuela*. New York: Human Rights Foundation, 2012.

- ELKINS, Zachary. Diffusion and the constitutionalization of europe. *Comparative Political Studies*, SAGE Publications, v. 43, n. 8-9, p. 969–999, 2010.
- EPSTEIN, Lee; KNIGHT, Jack. *The choices justices make*. [S.l.]: SAGE, 1997.
- EPSTEIN, Lee et al. Ideological drift among supreme court justices: Who, when, and how important. *Nw. UL Rev.*, HeinOnline, v. 101, p. 1483, 2007.
- EPSTEIN, Richard A. Independence of judges: The uses and limitations of public choice theory, the. *BYU L. Rev.*, HeinOnline, p. 827, 1990.
- FALCÃO, Joaquim; CERDEIRA, Pablo de Camargo; ARGUELHES, Diego Werneck. I relatório supremo em números-o múltiplo supremo. Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.
- FALCÃO, Joaquim; HARTMANN, Ivar A; III, Vitor P CHAVES. Relatório supremo em números: o supremo e o tempo. *Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas*, 2014.
- FALCÃO, Joaquim; OLIVEIRA, Fabiana Luci de. O stf e a agenda pública nacional: de outro desconhecido a supremo protagonista? *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, SciELO Brasil, n. 88, p. 429–469, 2013.
- FELD, Lars P; VOIGT, Stefan. Economic growth and judicial independence: cross-country evidence using a new set of indicators. *European Journal of Political Economy*, Elsevier, v. 19, n. 3, p. 497–527, 2003.
- FEREJOHN, John. Independent judges, dependent judiciary: explaining judicial independence. *S. Cal. L. Rev.*, HeinOnline, v. 72, p. 353, 1998.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Poder judiciário na constituição de 1988: judicialização da política e politização da justiça. *Revista de Direito Administrativo*, v. 198, p. 1–17, 1994.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Do processo legislativo*. 5. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Aspectos do Direito Constitucional Contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. 38. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Princípios Fundamentais de Direito Constitucional*. 4. ed. [S.l.]: Saraiva, 2015.
- FERREIRA, Pedro Fernando de Almeida Nery. *Como decidem os ministros do STF: pontos ideais e dimensões de preferências*.
- FERREIRA, Pedro Fernando de Almeida Nery. *Como decidem os ministros do stf: pontos ideais e dimensões de preferências*. 2013.
- GARCÍA, Miguel; HOSKIN, Gary. Political participation and war in colombia. Crisis States Research Centre, London School of Economics and Political Science, 2003.

- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GINSBURG, Tom. *Judicial review in new democracies: Constitutional courts in Asian cases*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2003.
- GINSBURG, Tom; MELTON, James. Does de jure independence really matter?: A reevaluation of explanations for judicial independence. *Journal of Law and Courts*, 2014.
- GINSBURG, Tom; MOUSTAFA, Tamir. *Rule by law: the politics of courts in authoritarian regimes*. [S.l.: s.n.], 2008.
- GRAVES, Scott E; HOWARD, Robert M; CORLEY, Pamela C. Judicial independence: Evidence from a natural experiment. *Law & Policy*, Wiley Online Library, v. 36, n. 1, p. 68–90, 2014.
- GROFMAN, Bernard; SELB, Peter. A fully general index of political competition. *Electoral Studies*, Elsevier, v. 28, n. 2, p. 291–296, 2009.
- GUGLIANO, Alfredo. Apontamentos sobre o conceito de qualidade da democracia. *Revista Debates*, v. 7, n. 1, p. 229.
- HABEAS Corpus n. 2794/1909. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/sobreStfConhecaStfJulgamentoHistorico/anexo/HC2794.pdf>>. Acesso em: 15 jul 2016.
- HABEAS Corpus n. 2990/1911. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/sobreStfConhecaStfJulgamentoHistorico/anexo/HC2990.pdf>>. Acesso em: 15 jul 2016.
- HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *The Federalist Papers*. [S.l.]: Penguin Books, 1999.
- HANSSEN, F Andrew. Is there a politically optimal level of judicial independence? *The American Economic Review*, American Economic Association, v. 94, n. 3, p. 712–729, 2004.
- HARO, Ricardo. El "per saltum" en la justicia federal argentina. *Anuario iberoamericano de justicia constitucional*, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, n. 5, p. 183–206, 2001.
- HAYO, Bernd; VOIGT, Stefan. Explaining de facto judicial independence. *International Review of Law and Economics*, Elsevier, v. 27, n. 3, p. 269–290, 2007.
- HAYO, Bernd; VOIGT, Stefan. Mapping constitutionally safeguarded judicial independence—a global survey. *Journal of Empirical Legal Studies*, Wiley Online Library, v. 11, n. 1, p. 159–195, 2014.
- HELMKE, Gretchen. The logic of strategic defection: Court-executive relations in argentina under dictatorship and democracy. *American Political Science Review*, Cambridge Univ Press, v. 96, n. 2, p. 291–303, 2002.
- HELMKE, Gretchen. *Courts under constraints: judges, generals, and presidents in Argentina*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- HELMKE, Gretchen; MCLEAN, Elena V. Inducing independence: A strategic model of world bank assistance and legal reform. *Conflict Management and Peace Science*, Sage Publications, v. 31, n. 4, p. 383–405, 2014.

- HELMKE, Gretchen; ROSENBLUTH, Frances. Regimes and the rule of law: Judicial independence in comparative perspective. *Annual Review of Political Science*, Annual Reviews, v. 12, p. 345–366, 2009.
- HILBINK, Lisa. *Judges beyond politics in democracy and dictatorship: lessons from Chile*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2007.
- HIRSCHL, Ran. The political origins of the new constitutionalism. *Indiana Journal of Global Legal Studies*, Indiana University Press, v. 11, n. 1, p. 71–108, 2004.
- HIRSCHL, Ran. *Towards juristocracy: the origins and consequences of the new constitutionalism*. [S.l.]: Harvard University Press, 2009.
- HOFSTADTER, Richard. *The Idea of a Party System: The Rise of Legitimate Opposition in the United States, 1780-1840*. [S.l.]: University of California Press, 1970. (Jefferson Memorial Lecture Series).
- IARYCZOWER, Matías; SPILLER, Pablo T; TOMMASI, Mariano. Judicial independence in unstable environments, argentina 1935-1998. *American Journal of Political Science*, JSTOR, p. 699–716, 2002.
- IMBENS, Guido W; RUBIN, Donald B. *Causal inference in statistics, social, and biomedical sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- JALORETTO, Maria Fernanda; MUELLER, Bernardo. O procedimento de escolha dos ministros do supremo tribunal federal – uma análise empírica. *Economic Analysis of Law Review*, Universidade Católica de Brasília, v. 2, n. 1, p. 170–187, 2011.
- KAPISZEWSKI, Diana. Tactical balancing: High court decision making on politically crucial cases. *Law & Society Review*, Wiley Online Library, v. 45, n. 2, p. 471–506, 2011.
- KAPISZEWSKI, Diana. Economic governance on trial: High courts and elected leaders in argentina and brazil. *Latin American Politics and Society*, Wiley Online Library, v. 55, n. 4, p. 47–73, 2013.
- KAPISZEWSKI, Diana; TAYLOR, Matthew M. Doing courts justice? studying judicial politics in latin america. *Perspectives on Politics*, Cambridge Univ Press, v. 6, n. 04, p. 741–767, 2008.
- KAUFMAN, Irving R. The essence of judicial independence. *Columbia Law Review*, JSTOR, v. 80, n. 4, p. 671–701, 1980.
- KLERMAN, Daniel M; MAHONEY, Paul G. The value of judicial independence: evidence from eighteenth century england. *American Law and Economics Review*, Am Law Econ Assoc, v. 7, n. 1, p. 1–27, 2005.
- KOERNER, Andrei. O poder judiciário no sistema político da primeira república. *Revista USP*, n. 21, p. 58–69, 1994.
- KOERNER, Andrei; FREITAS, Lígia Barros de. O supremo na constituinte e a constituinte no supremo. *Lua Nova: Revista de cultura e política*, SciELO Brasil, n. 88, p. 141–184, 2013.
- LA PORTA, Rafael et al. Judicial checks and balances, 112 j. *Pol. Econ*, v. 445, p. 448–49, 2004.

- LAAKSO, Markku; TAAGEPERA, Rein. The "effective" number of parties: "a measure with application to west europe". *Comparative political studies*, Sage Publications, v. 12, n. 1, p. 3, 1979.
- LANDAU, David Evan. *Beyond Judicial Independence: The Construction of Judicial Power in Colombia*. Tese (Doutorado), 2014.
- LANDES, William M; POSNER, Richard. *The independent judiciary in an interest-group perspective*. [S.l.]: National Bureau of Economic Research Cambridge, Mass., USA, 1975.
- LARKINS, Christopher M. Judicial independence and democratization: A theoretical and conceptual analysis. *The American Journal of Comparative Law*, JSTOR, v. 44, n. 4, p. 605–626, 1996.
- LASSALLE, Ferdinand. *A essência da Constituição*. [S.l.]: Editora Liber Juris, 1985.
- LATINOBAROMETRO Database. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>>. Acesso em: 13 set 2016.
- LENZA, Pedro. *Direito constitucional esquematizado*. São Paulo, 2013.
- LIMONGI, Fernando; GUARNIERI, Fernando. A base e os partidos: as eleições presidenciais no brasil pós-redemocratização. *Novos Estudos-CEBRAP*, SciELO Brasil, n. 99, p. 5–24, 2014.
- LINZER, Drew A; STATON, Jeffrey K. A global measure of judicial independence, 1948–2012. *Journal of Law and Courts*, JSTOR, v. 3, n. 2, p. 223–256, 2015.
- MALDONADO, Arthur. What determines trust in the supreme court in latin america and the caribbean? *AmericasBarometer Insights*, n. 54, 2011.
- MANIN, Bernard. *The principles of representative government*. [S.l.]: Cambridge University Press, 1997.
- MANIPULANDO el Estado de Derecho: Independencia del Poder Judicial amenazada en Venezuela. New York: Human Rights Foundation, 2004.
- MARREGOT, Miguel González. *La participación ciudadana como alternativa de gobierno*. Universidad Simón Bolívar, Sede Ecuador; Programa Andino de Derechos Humanos., 2005.
- MARSHALL, Monty G.; JAGGERS, Keith. *Polity IV Project: Political Regime Characteristics and Transitions, 1800-2006. Dataset Users' Manual*. [S.l.]: Center for Global Policy School of Public Policy, George Mason University and Center for Systemic Peace, 2007.
- MARTIN, Andrew D; QUINN, Kevin M. Dynamic ideal point estimation via markov chain monte carlo for the us supreme court, 1953–1999. *Political Analysis*, SPM-PMSAPSA, v. 10, n. 2, p. 134–153, 2002.
- MERTON, Robert K. The unanticipated consequences of purposive social action. *American sociological review*, JSTOR, v. 1, n. 6, p. 894–904, 1936.
- MILES, Edwin A. After john marshall's decision: Worcester v. georgia and the nullification crisis. *The Journal of Southern History*, JSTOR, v. 39, n. 4, p. 519–544, 1973.

- MILL, John Stuart. Sistema de lógica dedutiva e indutiva. *Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- MOISÉS, José Álvaro. A corrupção afeta a qualidade da democracia? *Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política Ano II, Número V, Maio de 2010*, 2010.
- MONTEALEGRE, Everaldo Lamprea. *When Accountability Meets Judicial Independence: A case-study of 2008 civil society transparency observation of the Colombian Constitutional Court's nominations*. Stanford: [s.n.], 2009.
- MONTESQUIEU, Charles de. *The Spirit of the Laws*. [S.l.]: Cambridge University Press, 1989. (Cambridge Texts in the History of Political Thought).
- MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 17. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2005.
- MOUSTAFA, Tamir. *The struggle for constitutional power: law, politics, and economic development in Egypt*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2007.
- NALINI, José Renato. *Recrutamento e preparo de juízes*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992.
- NEVES, Marcelo. *A constitucionalização simbólica*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- NORTH, Douglass C; WEINGAST, Barry R. Constitutions and commitment: the evolution of institutions governing public choice in seventeenth-century england. *The journal of economic history*, Cambridge Univ Press, v. 49, n. 04, p. 803–832, 1989.
- OLIVEIRA, Fabiana Luci de. *Justiça, profissionalismo e política: o STF e o controle da constitucionalidade das leis no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- OLIVEIRA, Fabiana Luci de. Processo decisório no supremo tribunal federal. *Revista de Sociologia e Política*, Universidade Federal do Paraná, v. 20, n. 44, p. 139, 2012.
- OLIVEIRA, Maria Ângela Jardim de Santa Cruz. Sobre a recusa de nomeações para o supremo tribunal federal pelo senado. *Revista Direito Público*, v. 6, n. 25, 2009.
- (ORGANIZATION), Human Rights Watch; HOLLAND, Alisha. *A Decade Under Chavez: Political Intolerance and Lost Opportunities for Advancing Human Rights in Venezuela*. [S.l.]: Human Rights Watch New York, NY, 2008.
- ORTH, John V. Did sir edward coke mean what he said. *Const. Comment.*, HeinOnline, v. 16, p. 33, 1999.
- ORTIZ, Fabio Enrique Pulido. Control constitucional abstracto, concreto, maximalista y minimalista. *Revista Prolegómenos. Derechos y Valores de la Facultad de Derecho*, Universidad Militar Nueva Granada, v. 14, n. 27, p. 165–180, 2011.
- PAES, Taíse Sossai. A influência do processo de escolha dos ministros da suprema corte na judicialização da política: uma análise empírica do procedimento da sabatina dos indicados para o supremo tribunal federal. 2011.
- PAP, Betsabé. La corte suprema frente al poder de prerrogativa del presidente. *Revista de Ciencias Sociales - Segunda Época*, n. 19, outubro 2011.
- PEARL, Judea. *Causality*. Cambridge: Cambridge university press, 2009.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal; CASTAGNOLA, Andrea. Presidential control of high courts in latin america: A long-term view (1904-2006). *Journal of Politics in Latin America*, p. 87–114, 2009.

POPOVA, Maria. Political competition as an obstacle to judicial independence: evidence from russia and ukraine. *Comparative Political Studies*, Sage Publications, 2010.

POSNER, Eric A; YOO, John C. Judicial independence in international tribunals. *California Law Review*, JSTOR, p. 1–74, 2005.

POSNER, Richard A. What do judges and justices maximize?(the same thing everybody else does). *Supreme Court Economic Review*, JSTOR, p. 1–41, 1993.

POSNER, Richard A. *How judges think*. [S.l.]: Harvard University Press, 2010.

POZAS-LOYO, Andrea; RIOS-FIGUEROA, Julio. When and why do “law” and “reality” coincide? de jure and de facto judicial independence in chile and mexico. *Evaluating Transparency and Accountability in Mexico: National, Local and Comparative Perspectives*, p. 127–64, 2007.

PRADO, Mariana; TÜRNER, Cláudia. A democracia e seu impacto nas nomeações das agências reguladoras e ministros do stf. *Revista de Direito administrativo*, v. 250, p. 27–74, 2010.

PRILLAMAN, William C. *The judiciary and democratic decay in Latin America: Declining confidence in the rule of law*. [S.l.]: Greenwood Publishing Group, 2000.

PRZEWORSKI, Adam; TEUNE, Henry et al. *The logic of comparative social inquiry*. [S.l.], 1970.

QUIROGA LAVIÉ, Humberto. *Derecho Constitucional Argentino. Tomo II*. 2. ed. Buenos Aires: Rubinzal-Cuzzone Editores, 2009.

RAGIN, Charles. The comparative method: Moving beyond qualitative and quantitative methods. *Berkeley: University of California*, 1987.

RAMOS, Elival da Silva. *Ativismo judicial: parâmetros dogmáticos*. Saraiva, 2010.

RAMSEYER, J Mark. The puzzling (in) dependence of courts: A comparative approach. *The Journal of Legal Studies*, JSTOR, v. 23, n. 2, p. 721–747, 1994.

RAMSEYER, J Mark; RASMUSEN, Eric B. Judicial independence in a civil law regime: the evidence from japan. *Journal of Law, Economics, and Organization*, Oxford Univ Press, v. 13, n. 2, p. 259–286, 1997.

RANDAZZO, Kirk; GIBLER, Douglas M; REID, Rebecca. *Examining the Development of Judicial Independence*. [S.l.], 2015.

RÍOS-FIGUEROA, Julio. *Judicial independence: Definition, measurement, and its effects on corruption. An analysis of Latin America*. [S.l.]: ProQuest, 2006.

RÍOS-FIGUEROA, Julio; STATON, Jeffrey K. An evaluation of cross-national measures of judicial independence. *Journal of Law, Economics, and Organization*, Oxford Univ Press, v. 30, n. 1, p. 104–137, 2014.

- RIOS-FIGUEROA, Julio; TAYLOR, Matthew M. Institutional determinants of the judicialisation of policy in brazil and mexico. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge Univ Press, v. 38, n. 4, p. 739, 2006.
- RODRIGUES, Lêda Boechat. *História do Supremo Tribunal Federal: Doutrina Brasileira do Habeas-Corpus (1910-1926)*. [S.l.]: Editora Civilização Brasileira S. A., 1991. v. 3.
- ROGERS, Diane Lim; ROGERS, John H. Political competition and state government size: Do tighter elections produce looser budgets? *Public Choice*, Springer, v. 105, n. 1-2, p. 1–21, 2000.
- ROS, Luciano Da. Dificil hierarquia: a avaliação do supremo tribunal federal pelos magistrados da base do poder judiciário no brasil. *Revista Direito GV*, Fundação Getulio Vargas, v. 9, n. 1, p. 47, 2013.
- ROSENBERG, Gerald N. Judicial independence and the reality of political power. *The Review of Politics*, Cambridge Univ Press, v. 54, n. 03, p. 369–398, 1992.
- ROSENN, Keith S. The protection of judicial independence in latin america. *The University of Miami Inter-American Law Review*, JSTOR, p. 1–35, 1987.
- RUGER, Theodore W et al. The supreme court forecasting project: Legal and political science approaches to predicting supreme court decisionmaking. *Columbia Law Review*, JSTOR, p. 1150–1210, 2004.
- RUSSELL, Peter H. Toward a general theory of judicial independence. *Judicial independence in the age of democracy: Critical perspectives from around the world*, Charlottesville: University of Virginia Press, v. 1, n. 5, 2001.
- SABSAY, Daniel Alberto. El juicio político a la corte suprema en la república argentina. *Anuario iberoamericano de justicia constitucional*, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, n. 8, p. 493–519, 2004.
- SAGÜÉS, Néstor Pedro. La corte suprema y el control jurisdiccional de constitucionalidad en argentina. *Ius et Praxis*, Universidad de Talca, v. 4, n. 1, 1998.
- SANTIAGO, Afonso. *LLa Quinta Etapa: La Corte da La Revolución Libertadora (1955-1958)*. 2015. Disponível em: <<http://todosobrelacorte.com/2015/03/18/la-quinta-etapa-la-corte-de-la-revolucion-libertadora-1955-1958/>>. Acesso em: 23 jun 2016.
- SANTOS, Fabiano; CANELLO, Júlio. Brazilian congress, 2014 elections and governability challenges. *Brazilian Political Science Review*, SciELO Brasil, v. 9, n. 1, p. 115–134, 2015.
- SARRIA, Mario Cajas. *El control judicial a la reforma constitucional: Colombia, 1910-2007*. [S.l.]: Universidad Icesi, 2008.
- SCHUBERT, Glendon A. *The judicial mind*. [S.l.]: Inter-university Consortium for Political Research, 1974.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalism, socialism and democracy*. [S.l.]: Routledge, 2013.
- SCHWARZSCHILD, Maimon. Judicial activism, judicial independence and judicial hubris: The case of international courts. In: *Judicial Activism*. [S.l.]: Springer, 2015. p. 197–206.

SEGAL, Jeffrey A; SPAETH, Harold J. *The Supreme Court and the attitudinal model revisited*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2002.

SILVA, José Afonso da. *Direito constitucional positivo*. São Paulo: Malheiros, São Paulo, 2005.

SILVA, Virgílio Afonso da. O stf e o controle de constitucionalidade: deliberação, diálogo e razão pública. *Revista de Direito Administrativo*, v. 250, p. 197–227, 2009.

SKAAR, Elin. *Judicial independence and human rights in Latin America: violations, politics, and prosecution*. [S.l.]: Springer, 2011.

SOUZA, Luiz Henrique Boselli de. A doutrina brasileira do habeas corpus e a origem do mandado de segurança: análise doutrinária de anais do senado e da jurisprudência histórica do supremo tribunal federal. *id/496909*, 2008.

STEPHENSON, Matthew. Judicial independence: what it is, how it can be measured, why it occurs. *World Bank Brief* <http://siteresources.worldbank.org/INTLAWJUSTINST/Resources/JudicialIndependence.pdf>. [07.05. 14], 2003.

STEPHENSON, Matthew C. Court of public opinion: Government accountability and judicial independence. *Journal of Law, Economics, and Organization*, Oxford Univ Press, v. 20, n. 2, p. 379–399, 2004.

TALEB, Nassim Nicholas. *The black swan: The impact of the highly improbable*. [S.l.]: Random house, 2007.

TATE, C Neal; VALLINDER, Torbjorn. *The global expansion of judicial power*. New York: New York University Press, 1995.

TAYLOR, Matthew. *Judging policy: courts and policy reform in democratic Brazil*. [S.l.]: Stanford University Press, 2008.

TAYLOR, Matthew M. The limits of judicial independence: A model with illustration from venezuela under chavez. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge Univ Press, v. 46, n. 02, p. 229–259, 2014.

TAYLOR, Steven Lynn. *Voting amid violence: electoral democracy in Colombia*. Boston: Northeastern University Press, 2009.

THE Constitution of Greece. Disponível em: <http://www.hri.org/docs/syntaxma/>. Acesso em: 11 set 2016.

THE Constitution of the United States: A Transcription. Disponível em: <https://www.archives.gov/founding-docs/constitution-transcript>. Acesso em: 11 set 2016.

TINOCO, Alexandre Motta. As práticas institucionais do poder judiciário brasileiro: da primeira república à constituição federal de 1934. *Legis Augustus*, v. 5, n. 1, p. 129–150, 2014.

TOHARIA, Jose J. Judicial independence in an authoritarian regime: the case of contemporary spain. *Law & Society Review*, JSTOR, v. 9, n. 3, p. 475–496, 1975.

TREANOR, William Michael. Judicial review before marbury. *Stanford Law Review*, p. 455–562, 2005.

- TSANG, Steve Yui-Sang. *Judicial independence and the rule of law in Hong Kong*. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2001.
- TSEBELIS, George. *Veto players: How political institutions work*. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- URRIBARRI, Raul A Sanchez. Courts between democracy and hybrid authoritarianism: evidence from the venezuelan supreme court. *Law & Social Inquiry*, Wiley Online Library, v. 36, n. 4, p. 854–884, 2011.
- VAN DETH, Jan W. A note on measuring political participation in comparative research. *Quality and Quantity*, Springer, v. 20, n. 2-3, p. 261–272, 1986.
- VANBERG, Georg. Legislative-judicial relations: A game-theoretic approach to constitutional review. *American journal of political science*, JSTOR, p. 346–361, 2001.
- VANBERG, Georg. Constitutional courts in comparative perspective: a theoretical assessment. *Annual Review of Political Science*, Annual Reviews, v. 18, p. 167–185, 2015.
- VERISSIMO, Marcos Paulo. A constituição de 1988, vinte anos depois: Suprema corte e ativismo judicial"à brasileira". *Revista Direito GV*, v. 4, n. 2, p. 407–440, 2008.
- VERNER, Joel G. The independence of supreme courts in latin america: a review of the literature. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge Univ Press, v. 16, n. 02, p. 463–506, 1984.
- VIEIRA, Oscar VILHENA. Supremocracia. *Revista Direito GV*, v. 4, n. 2.
- WALDRON, Jeremy. The core of the case against judicial review. *The Yale Law Journal*, JSTOR, p. 1346–1406, 2006.
- WILSON, Bruce M; CORDERO, Juan Carlos Rodríguez; HANDBERG, Roger. The best laid schemes... gang aft a-gley: Judicial reform in latin america—evidence from costa rica. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge Univ Press, v. 36, n. 03, p. 507–531, 2004.

Apêndices

APÊNDICE A – DADOS SOBRE POSSE, NASCIMENTO, APOSENTADORIA E FALECIMENTO DE MINISTROS DO STF

Tabela 7 – Dados sobre Posse, Nascimento, Aposentadoria e
Falecimento de Ministros do STF

Ministro	Data.de.Posse	Aposentadoria	Falecimento	Nascimento
Edson Fachin	2015-06-16			1958-02-08
Roberto Barroso	2013-06-26			1958-03-11
Teori Zavascki	2012-11-29			1948-08-15
Ministra Rosa Weber	2011-12-19			1948-10-02
Luiz Fux	2011-03-03			1953-04-26
Dias Toffoli	2009-10-23			1967-11-15
Menezes Direito	2007-09-05		2009-09-01	1942-09-08
Ministra Cármen Lúcia	2006-06-21			1954-04-19
Ricardo Lewandowski	2006-03-16			1948-05-11
Eros Grau	2004-06-30	2010-07-30		1940-08-19
Ayres Britto	2003-06-25	2012-11-17		1942-11-18
Cezar Peluso	2003-06-25	2012-08-31		1942-09-03
Joaquim Barbosa	2003-06-25	2014-07-31		1954-10-07
Gilmar Mendes	2002-06-20			1955-12-30
Ministra Ellen Gracie	2000-12-14	2011-08-05		1948-02-16
Nelson Jobim	1997-04-15	2006-03-29		1946-04-12
Maurício Corrêa	1994-12-15	2004-05-08	2012-02-17	1934-05-09
Francisco Rezek	1992-05-21	1997-02-05		1944-01-18
Ilmar Galvão	1991-06-26	2003-05-03		1933-05-02
Carlos Velloso	1990-06-13	2006-01-19		1936-01-19
Marco Aurélio	1990-06-13			1946-07-12
Celso de Mello	1989-08-17			1945-11-01
Sepúlveda Pertence	1989-05-17	2007-08-17		1937-11-21
Paulo Brossard	1989-04-05	1994-10-24	2015-04-12	1924-10-23
Célio Borja	1986-04-17	1992-03-31		1928-07-15
Carlos Madeira	1985-09-09	1990-03-17	1998-06-04	1920-03-16
Octavio Gallotti	1984-11-20	2000-10-28		1930-10-27
Sydney Sanches	1984-08-31	2003-04-27		1933-04-26
Francisco Rezek	1983-03-24			1944-01-18

Continua na página seguinte

Tabela 7 – Continua da página anterior

Ministro	Data.de.Posse	Aposentadoria	Falecimento	Nascimento
Aldir Passarinho	1982-09-02	1991-04-22	2014-04-29	1921-04-21
Alfredo Buzaid	1982-03-30	1984-07-20	1991-07-09	1914-07-20
Néri da Silveira	1981-09-01	2002-04-24		1932-04-24
Firmino Paz	1981-06-24	1982-07-17	1991-05-29	1912-07-16
Clóvis Ramalhete	1981-04-08	1982-02-25	1995-05-24	1912-02-24
Rafael Mayer	1978-12-15	1989-03-14	2013-11-23	1919-03-27
Décio Miranda	1978-06-27	1985-09-02	2000-03-13	1916-06-26
Soares Muñoz	1977-08-08	1984-11-05	1991-10-26	1916-03-31
Cunha Peixoto	1975-07-04	1981-12-09	1989-11-22	1911-12-08
Moreira Alves	1975-06-20	2003-04-20		1933-04-19
Cordeiro Guerra	1974-09-26	1986-03-18	1993-06-27	1916-06-12
Leitão Abreu	1974-06-17	1981-08-11	1992-11-13	1913-07-06
Rodrigues Alckmin	1972-10-11		1978-11-06	1915-04-04
Xavier de Albuquerque	1972-04-19	1983-02-21	2015-04-09	1926-01-03
Antonio Neder	1971-04-28	1981-06-10	2003-08-01	1911-06-22
Bilac Pinto	1970-06-17	1978-02-09	1985-04-18	1908-02-08
Thompson Flores	1968-03-14	1981-01-27	2001-04-16	1911-01-26
Amaral Santos	1967-10-18	1972-07-25	1983-10-16	1902-07-25
Themistocles Cavalcanti	1967-10-18	1969-10-14	1980-03-19	1899-10-14
Barros Monteiro	1967-07-07		1974-05-03	1908-10-26
Adaucto Cardoso	1967-03-02	1971-03-18	1974-07-20	1904-12-24
Djaci Falcão	1967-02-22	1989-01-26	2012-01-26	1919-08-04
Eloy da Rocha	1966-09-15	1977-06-03	1999-04-29	1907-06-03
Adalicio Nogueira	1965-11-25	1972-02-24	1990-08-31	1902-02-13
Aliomar Baleeiro	1965-11-25	1975-05-02	1978-03-03	1905-05-05
Carlos Medeiros	1965-11-25	1966-07-18	1983-03-03	1907-06-19
Oswaldo Trigueiro	1965-11-25	1975-01-03	1989-07-30	1905-01-02
Prado Kelly	1965-11-25	1968-01-18	1986-11-11	1904-09-10
Evandro Lins	1963-09-04	1969-01-16	2002-12-17	1912-01-18
Hermes Lima	1963-06-26	1969-01-16	1978-10-01	1902-12-22
Pedro Chaves	1961-04-26	1967-06-05	1985-07-14	1897-07-06
Victor Nunes	1960-12-07	1969-01-16	1985-05-17	1914-11-11
Gonçalves de Oliveira	1960-02-15	1969-02-03	1992-08-18	1910-09-13
Vilas Boas	1957-02-20	1966-11-25	1987-11-10	1896-11-15
Candido Motta	1956-05-02	1967-09-18	1977-02-04	1897-09-16
Ary Franco	1956-02-01		1963-07-17	1900-03-21

Continua na página seguinte

Tabela 7 – Continua da página anterior

Ministro	Data.de.Posse	Aposentadoria	Falecimento	Nascimento
Nelson Hungria	1951-06-04	1961-04-11	1969-03-26	1891-05-16
Mário Guimarães	1951-05-28	1956-04-10	1976-09-25	1889-03-20
Rocha Lagôa	1950-06-15	1960-11-19	1975-04-18	1895-06-03
Luiz Gallotti	1949-09-22	1974-08-16	1978-10-24	1904-08-15
Hahnemann Guimarães	1946-10-30	1967-10-03	1980-04-13	1901-11-27
Ribeiro da Costa	1946-01-30	1966-12-05	1967-07-16	1897-01-16
Edgard Costa	1945-11-08	1957-01-19	1970-07-12	1887-02-27
Lafayette de Andrada	1945-11-08	1969-02-03	1974-12-09	1900-03-23
Philadelpho e Azevedo	1942-08-26	1946-01-26	1951-05-07	1894-03-13
Goulart de Oliveira	1942-04-15		1950-05-28	1882-09-04
Waldemar Falcão	1941-06-18		1946-10-02	1895-01-25
Orozimbo Nonato	1941-05-21	1960-01-27	1974-11-06	1891-12-27
Castro Nunes	1940-12-18	1949-09-02	1959-09-05	1882-10-15
Annibal Freire	1940-06-26	1951-05-17	1970-10-22	1884-07-07
Barros Barreto	1939-05-17	1963-05-20	1969-05-18	1895-06-01
Washington de Oliveira	1938-10-12	1940-06-17	1950-10-12	1872-03-23
José Linhares	1937-12-24	1956-01-29	1957-01-26	1886-01-28
Cunha Mello	1937-11-24	1942-04-01	1950-06-21	1880-12-16
Armando de Alencar	1937-11-22	1941-05-06	1953-04-10	1886-03-28
Carlos Maximiliano	1936-05-04	1941-06-13	1960-01-02	1873-04-24
Ataulpho de Paiva	1934-03-20	1937-12-16	1955-05-08	1865-02-01
Octavio Kelly	1934-02-14	1942-07-30	1948-12-31	1878-04-20
Costa Manso	1933-08-28	1939-05-03	1957-05-28	1876-08-23
Laudo de Camargo	1932-06-09	1951-04-25	1963-07-20	1881-04-17
Carvalho Mourão	1931-06-08	1940-12-10	1951-12-24	1872-06-02
Plínio Casado	1931-06-04	1938-10-01	1964-05-30	1870-09-30
Eduardo Espínola	1931-05-13	1945-05-25	1967-05-01	1875-11-06
Rodrigo Octavio	1929-02-08	1934-02-07	1944-02-28	1866-10-11
Firmino Whitaker	1927-06-06	1934-03-05	1934-12-21	1866-03-13
Cardoso Ribeiro	1927-05-25		1932-05-16	1876-05-17
Soriano de Souza	1927-02-25	1933-07-20	1938-10-06	1863-12-08
Heitor de Sousa	1926-07-02		1929-01-11	1871-05-29
Herculano de Freitas	1926-01-28		1926-05-14	1865-11-25
Bento de Faria	1925-08-19	1945-05-25	1959-10-04	1876-02-04
João Luiz Alves	1925-01-24		1925-11-15	1870-05-23
Arthur Ribeiro	1923-08-06		1936-03-24	1866-06-12

Continua na página seguinte

Tabela 7 – Continua da página anterior

Ministro	Data.de.Posse	Aposentadoria	Falecimento	Nascimento
Geminiano da Franca	1922-11-22	1931-02-18	1935-12-18	1870-01-03
Alfredo Pinto	1921-09-21		1923-07-08	1863-06-20
Pedro dos Santos	1919-11-29	1931-02-18	1942-12-14	1866-07-16
Hermenegildo de Barros	1919-07-26	1937-11-16	1955-09-24	1866-08-31
Edmundo Lins	1917-09-12	1937-11-16	1944-08-10	1863-12-13
Pires e Albuquerque	1917-05-26	1931-02-18	1954-09-04	1865-02-05
João Mendes	1917-01-05	1922-10-24	1923-02-25	1856-03-30
Viveiros de Castro	1915-02-03		1927-04-14	1867-08-27
Coelho e Campos	1913-11-01		1919-10-13	1843-02-04
Sebastião Lacerda	1912-11-16		1925-07-05	1864-05-18
Pedro Mibieli	1912-11-13	1931-02-18	1945-09-08	1866-07-06
Enéas Galvão	1912-08-24		1916-11-24	1863-03-20
Oliveira Figueiredo	1911-11-11		1912-10-29	1837-11-04
Muniz Barreto	1910-12-31	1931-02-18	1934-11-18	1864-05-19
Leoni Ramos	1910-11-23		1931-03-20	1857-06-15
Godofredo Cunha	1909-09-25	1931-02-18	1936-08-02	1860-02-25
Canuto Saraiva	1908-06-16		1919-05-25	1854-07-23
Pedro Lessa	1907-11-20		1921-07-25	1859-09-25
Manoel Espinola	1906-09-29		1912-10-07	1841-01-01
Amaro Cavalcanti	1906-06-27	1914-12-30	1922-01-28	1849-08-15
Cardoso de Castro	1905-11-11		1911-10-26	1860-09-08
Guimarães Natal	1905-09-23	1927-04-13	1933-06-22	1860-12-25
Oliveira Ribeiro	1903-10-14		1917-06-29	1851-09-08
Epitacio Pessoa	1902-01-29	1912-08-17	1942-02-13	1865-05-23
Alberto Torres	1901-05-18	1909-09-17	1917-03-29	1865-11-26
Gonçalves de Carvalho	1898-09-01		1901-01-18	1843-08-31
Augusto Olyntho	1897-09-08		1898-08-12	1832-07-25
André Cavalcanti	1897-06-12		1927-02-13	1834-02-18
Manoel Murtinho	1897-01-23		1917-04-22	1847-12-15
João Barbalho	1897-01-20	1906-04-16	1909-10-31	1846-06-13
João Pedro	1897-01-20		1910-11-02	1846-12-13
João Barbalho	1897-01-20	1906-04-16	1909-10-31	1846-06-13
Ribeiro de Almeida	1896-06-24	1913-09-30	1919-11-19	1838-09-20
Figueiredo Junior	1895-12-11		1917-04-19	1844-08-09
Lucio de Mendonça	1895-04-24	1907-10-26	1909-11-23	1854-03-10
Ubaldo do Amaral	1894-12-15		1920-01-22	1842-08-27

Continua na página seguinte

Tabela 7 – Continua da página anterior

Ministro	Data.de.Posse	Aposentadoria	Falecimento	Nascimento
Americo Lobo	1894-12-08		1903-10-01	1841-01-01
Luiz Osorio	1894-11-28		1896-11-26	1848-05-30
Americo Braziliense	1894-11-24		1896-03-26	1833-08-08
Herminio do Espirito Santo	1894-11-17		1924-11-11	1841-05-09
Bernardino Ferreira	1894-10-10		1905-10-24	1856-01-01
Pindahiba de Mattos	1894-10-10	1910-12-27	1913-02-20	1831-10-11
Souza Martins	1894-10-10		1896-12-25	1829-01-01
Barata Ribeiro	1893-11-25		1910-02-10	1843-03-11
Ferreira de Resende	1892-06-28		1893-10-26	1832-02-18
Bento Lisboa	1892-06-04	1893-11-18	1905-06-06	1836-01-01
Faria Lemos	1892-06-04	1894-01-11	1904-11-07	1828-12-23
José Hygino	1892-06-04	1897-06-07	1901-12-10	1847-01-22
Amphilophio	1892-03-01		1903-11-15	1850-07-16
Barros Pimentel	1892-01-29	1893-11-18	1906-03-15	1823-11-18
Macedo Soares	1892-01-29		1905-08-14	1838-01-14
Piza e Almeida	1891-04-01		1908-04-22	1842-10-19
Souza Mendes	1891-02-28	1892-05-06	1905-12-11	1823-01-01
Alencar Araripe	1891-02-28	1892-01-25	1908-07-03	1821-10-07
Andrade Pinto	1891-02-28	1894-10-08	1898-09-22	1825-06-21
Aquino e Castro	1891-02-28		1906-08-10	1828-03-30
Barão de Pereira Franco	1891-02-28		1902-01-20	1826-10-19
Barão de Lucena	1891-02-28	1892-01-25	1913-12-10	1835-05-27
Barão de Sobral	1891-02-28		1893-08-31	1841-05-11
Costa Barradas	1891-02-28	1893-10-21	1908-01-31	1833-02-18
Faria	1891-02-28	1892-02-01	1902-04-23	1825-08-25
Freitas Henriques	1891-02-28	1894-02-10	1903-01-01	1822-08-26
Mendonça Uchôa	1891-02-28	1892-03-25	1910-01-24	1820-01-09
Queiroz Barros	1891-02-28	1892-03-15	1908-02-24	1817-01-01
Souza Mendes	1891-02-28	1892-05-06	1905-12-11	1823-01-01
Trigo de Loureiro	1891-02-28	1894-09-29	1904-11-26	1828-01-01
Visconde de Sabará	1881-03-30	1892-05-04	1894-04-20	1817-08-16
Oscar Corrêa	198-04-26	1989-01-17	2005-11-30	1921-02-01

APÊNDICE B – DADOS SOBRE CONFIANÇA EM CORTES SUPREMAS OU CONSTITUCIONAIS NA AMÉRICA LATINA

Tabela 8 – Dados sobre Confiança em Cortes Supremas ou
Constitucional na América Latina

Ano	País	Valor de confiança	Número de entrevistas	Margem de erro
2004	Mexico	52	1556	2,5
2004	Guatemala	43,9	1708	2,4
2004	El Salvador	53,2	1589	2,5
2004	Honduras	47,7	1500	2,5
2004	Nicaragua	43,3	1430	2,6
2004	Costa Rica	61,9	1500	2,5
2004	Panama	45,7	1639	2,4
2004	Colombia	53,9	1479	2,5
2004	Ecuador	31,6	3000	1,7
2004	Bolivia	41,0	3072	1,7
2006	Mexico	57,1	1560	2,5
2006	Guatemala	45,4	1498	2,5
2006	El Salvador	48,1	1729	2,4
2006	Honduras	41,3	1585	2,4
2006	Nicaragua	38,4	1759	2,3
2006	Costa Rica	56,8	1497	2,5
2006	Panama	43,4	1536	2,5
2006	Colombia	52,2	1491	2,5
2006	Ecuador	25,4	2925	1,6
2006	Bolivia	46,0	3008	1,8
2006	Peru	34,5	1500	2,4
2006	Paraguay	30,2	1165	2,6
2006	Chile	46,6	1517	2,5
2006	Dominican Republic	51,9	1516	2,5
2006	Haití	31,4	1625	2,3
2006	Jamaica	51,0	1595	2,5
2006	Guyana	55,0	1555	2,5
2006	United States	67,1	609	3,7
2006	Canada	71,3	601	3,6

Continua na página seguinte

Tabela 8 – Continua da página anterior

2007	Uruguay	58,2	1200	2,8
2007	Brazil	46,1	1214	2,8
2007	Venezuela	44,9	1510	2,5
2008	Mexico	54,6	1560	2,5
2008	Guatemala	42,8	1538	2,5
2008	El Salvador	45,7	1549	2,5
2008	Honduras	38,0	1522	2,4
2008	Nicaragua	36,2	1539	2,4
2008	Costa Rica	55,2	1499	2,5
2008	Panama	40,4	1536	2,5
2008	Colombia	60,1	1503	2,5
2008	Ecuador	34,7	3000	1,7
2008	Bolivia	49,0	3003	1,8
2008	Peru	34,4	1500	2,4
2008	Paraguay	21,2	1166	2,3
2008	Chile	49,7	1527	2,5
2008	Uruguay	57,0	1500	2,5
2008	Brazil	48,3	1497	2,5
2008	Venezuela	41,5	1500	2,5
2008	Argentina	40,4	1486	2,5
2008	Dominican Republic	55,5	1507	2,5
2008	Haití	35,8	1536	2,4
2008	Jamaica	52,0	1499	2,5
2008	Belize	63,0	1552	2,4
2008	United States	52,0	1500	2,5
2008	Canada	69,5	2032	2,0
2009	Guyana	58,0	2514	1,9
2010	Mexico	54,9	1562	2,5
2010	Guatemala	41,3	1494	2,5
2010	El Salvador	54,1	1550	2,5
2010	Honduras	56,6	1596	2,4
2010	Nicaragua	40,3	1540	2,4
2010	Costa Rica	53,2	1500	2,5
2010	Panama	49,2	1536	2,5
2010	Colombia	55,7	1506	2,5
2010	Ecuador	37,7	2999	1,7
2010	Peru	36,1	1500	2,4

Continua na página seguinte

Tabela 8 – Continua da página anterior

2010	Paraguay	37,2	1501	2,4
2010	Uruguay	64,4	1500	2,4
2010	Brazil	54,8	2482	2,0
2010	Dominican Republic	50,2	1498	2,5
2010	Haití	33,0	1752	2,2
2010	Jamaica	51,3	1504	2,5
2010	Guyana	54,2	1540	2,5
2010	Belize	56,1	1504	2,5
2012	Mexico	52,9	1560	2,5
2012	Guatemala	44,9	1509	2,5
2012	El Salvador	51,3	1497	2,5
2012	Honduras	33,3	1728	2,2
2012	Nicaragua	52,8	1686	2,4
2012	Costa Rica	47,2	1498	2,5
2012	Panama	45,4	1620	2,4
2012	Colombia	51,0	1512	2,5
2012	Ecuador	41,8	1500	2,5
2012	Peru	40,3	1500	2,5
2012	Paraguay	38,2	1510	2,5
2012	Uruguay	57,7	1512	2,5
2012	Brazil	51,2	1499	2,5
2012	Dominican Republic	47,4	1512	2,5
2012	Haití	36,7	1836	2,2
2012	Jamaica	58,3	1500	2,5
2012	Guyana	60,9	1529	2,4
2012	Belize	67,7	1512	2,4
2014	Costa Rica	52,4	1537	2,5
2014	Panama	45,3	1508	2,5
2014	Colombia	44	1496	2,5